



EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO

90023/2024

CONTRATANTE (153052 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS)
DIRETORIA DE COMPRAS - DCOM/UFG

OBJETO

Aquisição de materiais de limpeza e outros

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

Valor sigiloso

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 31/10/2024 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
COM ITENS EXCLUSIVOS ME/EPP

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO / IMPUGNAÇÃO

Até às 17:00h do dia 25/10/2024 para o e-mail: pregao.dcom@ufg.br

INFORMAÇÕES GERAIS DO CERTAME

Quantidade de itens do certame: 82
Pregoeiro Oficial: - Claudio Fernando
Contato: 62 3521 - 1363

SUMÁRIO

1. DO OBJETO
2. DO REGISTRO DE PREÇOS
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
7. DA FASE DE JULGAMENTO
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA
11. DOS RECURSOS
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DIRETORIA DE COMPRAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90023/2024

Processo Administrativo nº 23070.011490/2024-27

Torna-se público que a Universidade Federal de Goiás, por meio de sua Equipe de Pregoeiros e Apoio, sediada na Diretoria de Compras - DCOM/UGF - Campus II Samambaia, Goiânia - Go, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Aquisição de materiais de limpeza e outros conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. *A licitação será dividida em 82 itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*

2. REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. *Para os itens 1 a 5, 8 a 12, 14, 15, 17 a 20, 22, 24 a 26, 28 a 36, 39 a 45, 49, 50, 52, 54, 56, 58, 60, 64, 66, 72 a 74, 80 a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).*

3.5.1. *A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

- 3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.7.9. *peessoas jurídicas reunidas em consórcio*;
- 3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.13.1 deste Edital.
- 4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

- 4.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. *valor unitário e total do item;*
 - 5.1.2. Marca;
 - 5.1.3. *Fabricante;*
 - 5.1.4. *Quantidade cotada.*
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.2.1. O licitante poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.7.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.
 - 5.7.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
 - 5.7.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.
- 5.8. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 0,23 (vinte e três centavos)*.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
 - 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
 - 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
 - 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
 - 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances
- 6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 6.21.2.2. empresas brasileiras;
- 6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado,

mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, que deverá ser elaborada em conformidade com o Modelo de Proposta de Preços em Anexo deste edital, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. contiver vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indicio de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.13. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.14. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.
- 8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.9. A habilitação será verificada por meio do SicaF, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).
- 8.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SicaF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).
- 8.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).
- 8.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SicaF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 8.12. A verificação no SicaF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):
- 8.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.
- 8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 8.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
- 9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

- 9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- 10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
 - 10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original
- 10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
 - 10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
 - 10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.
- 10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- 10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
 - 10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

- 11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 11.4. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 11.4.1. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
 - 11.4.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
 - 11.4.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 11.5. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.8. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados que solicitarem via e-mail: pregao.dcom@ufg.br.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
 - 12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
 - 12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
 - 12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo

estabelecido pela Administração;

- 12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
 - 12.1.5. fraudar a licitação
 - 12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
 - 12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
 - 12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013
- 12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 12.2.1. advertência;
 - 12.2.2. multa;
 - 12.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 12.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*: pregao.dcom@ufg.br.
- 13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
 - 13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- 13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.dcom.ufg.br.
- 14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 14.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
 - 14.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar
 - 14.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato
 - 14.11.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços
 - 14.11.4. ANEXO IV – *Modelo de proposta de preços (uso obrigatório)*
 - 14.11.5. ANEXO V - *Orientações sobre o cadastro de usuário extremo - Sistema SEI/UFG.*

Goiânia, na data da assinatura digital.

Jaqueline Aparecida de Sousa
Assistente em Administração
Coordenação de Licitações/DCOM/UFG



Documento assinado eletronicamente por **Jaqueline Aparecida De Sousa, Assistente em Administração**, em 16/10/2024, às 11:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4904562** e o código CRC **5947A550**.

Termo de Referência 106/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
106/2024	153052-UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS-UF/GO	JAQUELAINE APARECIDA DE SOUSA	16/10/2024 10:46 (v 14.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23070.011490/2024-27

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais de limpeza e outros, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	AÇÚCAR, CRISTAL, ORIGEM VEGETAL (SACAROSE CANA AÇÚCAR), BRANCO, PRIMEIRA QUALIDADE, SEM IMPUREZAS - PACOTE 2KG.	603269	PACOTE	3.500
2	ÁGUA, SANITÁRIA, COMPOSIÇÃO QUÍMICA HIPOCLORITO DE SÓDIO, TEOR CLORO ATIVO DE 2 A 2,50%, COR INCOLOR, PH 11 A 13,5, APLICAÇÃO LAVAGEM, DESINFETANTE, ALVEJANTE - FRASCO 1L.	299605	LITRO	7.000
3	ÁGUA, SANITÁRIA, COMPOSIÇÃO QUÍMICA HIPOCLORITO DE SÓDIO, TEOR CLORO ATIVO DE 2 A 2,50%, COR INCOLOR, PH 11 A 13,5, APLICAÇÃO LAVAGEM, DESINFETANTE, ALVEJANTE - GALÃO 5L	292730	GALÃO	8.000
4	ÁLCOOL, ETÍLICO, COM AGENTE EMOLIENTE (GLICERINA), FORMA FARMACÊUTICA GEL, CONCENTRAÇÃO 70% (62,44° INPM), CLASSIFICAÇÃO MEDICAMENTOS, ANTISSEPTICO, BACTERICIDA, PH NEUTRO MÍNIMO 6,00 E MÁXIMO 8,00, COM VÁLVULA PUMP, APLICAÇÃO HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS - FRASCO 1000ML	269943	FRASCO	6.000
5	ÁLCOOL, ETÍLICO, HIDRATADO, CONCENTRAÇÃO 92,8 INPM (96° GL), ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, INCOLOR, LÍMPIDO, ISENTO DE PARTÍCULAS, APLICAÇÃO LIMPEZA DE AMBIENTES - FRASCO 1L	300077	LITRO	6.000
6	ÁLCOOL, ETÍLICO, HIDRATADO, CONCENTRAÇÃO 92,8 INPM (96° GL), ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, INCOLOR, LÍMPIDO, ISENTO DE PARTÍCULAS, APLICAÇÃO LIMPEZA DE AMBIENTES - GALÃO 5L	390766	GALÃO	3.000
7	ÁLCOOL, ETÍLICO, TEOR ALCOÓLICO 70%, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, INCOLOR, LÍMPIDO, ISENTO DE PARTÍCULAS APLICAÇÃO LIMPEZA E DESINFECÇÃO - GALÃO 5L	269941	GALÃO	3.000

8	ÁLCOOL, ETÍLICO, TEOR ALCOÓLICO 70%, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, INCOLOR, LÍMPIDO, ISENTO DE PARTÍCULAS, APLICAÇÃO LIMPEZA E DESINFECÇÃO - FRASCO 1000ML	269941	FRASCO	7.000
9	BALDE, MATERIAL PLÁSTICO, ALÇA ARAME GALVANIZADO, COM BICO, CORES VARIADAS (A ESCOLHER), CAPACIDADE 8 LITROS	216079	UNIDADE	1.500
10	BALDE, MATERIAL PLÁSTICO, ALÇA ARAME GALVANIZADO, COR VARIADA, CAPACIDADE 20 LITROS	216086	UNIDADE	1.600
11	CAPACHO, FIBRA SINTÉTICA (VINIL ENTRELAÇADA), LAVÁVEL, ANTIDERRAPANTE, ANTICHAMA, ESPESSURA 10MM, MEDINDO 0,80 M x 0,40 M (PERMITIDA VARIAÇÃO DE 10%), BORDAS DE ACABAMENTO COM NOME "UFG" OCUPANDO 50% DO TAMANHO TOTAL DO CAPACHO, LETRAS E BORDAS NA COR AZUL MARINHO, FUNDO CINZA CLARO VULCANIZADO	300417	UNIDADE	500
12	CAPACHO, FIBRA SINTÉTICA (VINIL ENTRELAÇADA), LAVÁVEL, ANTIDERRAPANTE, ANTICHAMA, ESPESSURA 10MM, MEDINDO 2,0 M x 0,80 M (PERMITIDA VARIAÇÃO DE 10%), BORDAS DE ACABAMENTO COM NOME "UFG" OCUPANDO 50% DO TAMANHO TOTAL DO CAPACHO, LETRAS E BORDAS NA COR AZUL MARINHO, FUNDO CINZA CLARO VULCANIZADO	402667	UNIDADE	500
13	CERA, USO INSTITUCIONAL, INCOLOR, AUTOBRILHO (SEM NECESSIDADE DE POLIMENTO), PARA PISOS COM TRÁFEGO INTENSO, ANTIDERRAPANTE, IMPERMEABILIZANTE, BIODEGRADÁVEL, PH 7,00 A 8,80, TEMPO DE SECAGEM MÁXIMO 30 MINUTOS, RESISTENTE A RISCOS E MARCAS CAUSADAS POR BORRACHA, USO GERAL COM AÇÃO RESTAURADORA DE BRILHO DE PISOS MÁRMORES, GRANITOS, MARMORITE, GRANITINA, CIMENTO QUEIMADO, VULCAPISO, PISO VINÍLICO, PAVILFLEX, PISOFLEX, LAJOTAS, CERÂMICAS, ARDÓSIA, SUAVE FRAGRÂNCIA DE AROMAS COMO LAVANDA, CAMPESTRE, FLORAL, NEUTRA OU OUTROS CONFORME SOLICITAÇÃO NO PEDIDO, RENDIMENTO MÍNIMO 40M² - GALÃO 5L	244208	GALÃO	5.000
14	CESTO, LIXO, MATERIAL PLÁSTICO (POLIPROPILENO), FORMATO REDONDO, COM TAMPA, PEDAL, ALÇAS LATERAIS, ACIONAMENTO DA TAMPA EM AÇO, SUPORTE EM AÇO CARBONO GALVANIZADO, CAPACIDADE 95 A 100 LITROS	306968	UNIDADE	500
15	CESTO, LIXO, MATERIAL PLÁSTICO, SEM TAMPA, TELADO, CAPACIDADE 10 LITROS	239916	UNIDADE	3.600
16	DESENGORDURANTE, BIODEGRADÁVEL, PH 10,00 A 11,50 - GALÃO 5L	289840	GALÃO	2.000
17	DESENGORDURANTE, BIODEGRADÁVEL, PH 10,00 A 11,50, EMBALAGEM SQUEEZE OU SPRAY - FRASCO 500ML	289840	FRASCO	6.000
18	DESENTUPIDOR, MANUAL, APLICAÇÃO PIA, BOCAL BORRACHA LISO, DIÂMETRO MÍNIMO 11CM, CABO DE POLIETILENO DE 17,5 CM	355561	UNIDADE	2.700
19	DESENTUPIDOR, MANUAL, APLICAÇÃO VASO SANITÁRIO, BOCAL DE BORRACHA, CABO MADEIRA 60CM	241711	UNIDADE	1.500
20	DESINFETANTE, BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO, BACTERICIDA, COMPOSIÇÃO CLORETO DE BENZALCÔNIO (CLORETO DE ALQUIL DIMETIL BENZIL AMÔNIO), APLICAÇÃO DESINFETAR E PERFUMAR PISOS, AZULEJOS, ESMALTADOS, BANHEIROS E MÁRMORES, FRAGRÂNCIAS VARIADAS (A ESCOLHER) - EMBALAGEM 1L	420084	LITRO	5.000
21	DESINFETANTE, BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO, BACTERICIDA, COMPOSIÇÃO CLORETO DE BENZALCÔNIO (CLORETO DE ALQUIL DIMETIL BENZIL AMÔNIO), APLICAÇÃO DESINFETAR E PERFUMAR PISOS, AZULEJOS, ESMALTADOS, BANHEIROS E MÁRMORES, FRAGRÂNCIAS VARIADAS (A ESCOLHER) - GALÃO 5L	420084	GALÃO	7.000

22	DESODORIZADOR, AMBIENTE, AROMATIZADO, APRESENTAÇÃO AEROSSOL, ESSÊNCIAS DIVERSAS (A ESCOLHER), APLICAÇÃO AROMATIZADOR AMBIENTE - FRASCO 400ML	261168	FRASCO	4.500
23	DETERGENTE, BIODEGRADÁVEL, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, USO GERAL, PH 5,50 A 8,00, VISCOSIDADE (A 25°C BKF) DEVE SER NO MÍNIMO 250CP, PRINCÍPIO ATIVO ANIÔNICO TEOR 10 A 15% - GALÃO 5L	372748	GALÃO	7.500
24	DETERGENTE, BIODEGRADÁVEL, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, USO GERAL, PH 5,50 A 8,00, VISCOSIDADE (A 25°C BKF) DEVE SER NO MÍNIMO 250CP, PRINCÍPIO ATIVO ANIÔNICO TEOR 10 A 15%, EMBALAGEM RESISTENTE, COM BICO DOSADOR (ECONÔMICO), FRAGRÂNCIAS DIVERSAS - FRASCO 500ML	372748	FRASCO	6.500
25	DISCO, ENCERADEIRA, FIBRA, PRETO, PARA PISO COMUM, Nº 350, 35 CM	614590	UNIDADE	2.500
26	DISCO, ENCERADEIRA, FIBRA, PRETO, PARA PISO COMUM, Nº 410, 41 CM	614590	UNIDADE	3.000
27	DISCO, ENCERADEIRA, FIBRA, PRETO, PARA PISO COMUM, Nº 510, 51 CM	614590	UNIDADE	3.000
28	ESCOVA, MANUAL, MULTIUSO, CERDAS NYLON RESISTENTES, CEPA DE PLÁSTICO COM ALÇA (PEGA CONFORTÁVEL E ANTIDERRAPANTE)	279310	UNIDADE	3.500
29	ESCOVA, SANITÁRIA, COM SUPORTE (COPO), ESCOVA CABEÇA REDONDA COM CERDAS EM NYLON SUPER RESISTENTE E CABO EM POLIPROPILENO, COPO PLÁSTICO FORMATO CILÍNDRICO PARA SUPORTE DA ESCOVA, APLICAÇÃO LIMPEZA VASO SANITÁRIO	333358	UNIDADE	2.600
30	ESPONJA, LIMPEZA, DUPLA FACE (VERDE/AMARELO), MATERIAL POLIURETANO, FIBRA SINTÉTICA COM ABRASIVO, FORMATO RETANGULAR, BACTERICIDA, DIMENSÕES APROXIMADAS 10CM X 7CM X 2CM	232372	UNIDADE	8.000
31	ESPONJA, LIMPEZA, LÃ DE AÇO, COMPOSIÇÃO AÇO CARBONO, ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO, PESO 60G - PACOTE 8 UNIDADES	296307	PACOTE	3.500
32	ESTOPA, MATERIAL FIO ALGODÃO, COR BRANCA, MACIA, ALVEJADA, FIBRAS 100% ALGODÃO, ISENTAS DE IMPUREZAS, APLICAÇÃO LIMPEZA EM GERAL - PACOTE 200G	300146	PACOTE	500
33	FLANELA, MATERIAL 100% ALGODÃO, APLICAÇÃO LIMPEZA GERAL, DIMENSÕES 58X38CM, COR A ESCOLHER	321559	UNIDADE	8.000
34	FÓSFORO, EXTRA LONGO, APROXIMADAMENTE 9,5CM - CAIXA 240 PALITOS	241343	CAIXA	2.000
35	FRASCO, BORRIFADOR/ PULVERIZADOR, MATERIAL POLIPROPILENO, ACIONAMENTO POR GATILHO, 360 GRAUS, BICO COM JATO REGULÁVEL, CAPACIDADE 1 LITRO	307885	UNIDADE	1.000
36	FRASCO, BORRIFADOR/PULVERIZADOR, MATERIAL POLIPROPILENO, ACIONAMENTO POR GATILHO, 360 GRAUS, BICO COM JATO REGULÁVEL, CAPACIDADE 500ML	307885	UNIDADE	2.000
37	GARRAFA, TÉRMICA, CAPACIDADE 1 LITRO, COM ALÇA, SISTEMA PUMP, MATERIAL EXTERNO LISO, AMPOLA DE VIDRO, APLICAÇÃO LÍQUIDOS QUENTES	385400	UNIDADE	1.000
38	GARRAFA, TÉRMICA, CAPACIDADE 2 LITROS, COM ALÇA, SISTEMA PUMP, MATERIAL EXTERNO LISO, AMPOLA DE VIDRO, APLICAÇÃO LÍQUIDOS QUENTES	440295	UNIDADE	1.000
39	HIPOCLORITO, SÓDIO, SOLUÇÃO, CONCENTRAÇÃO CLORO ATIVO 10% A 12%, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO - 1 LITRO	343298	LITRO	2.000
40	INSETICIDA, AEROSOL, MULTI-INSETOS (INCLUSIVE AEDES AEGYPTI), SEM CHEIRO, FRASCO PULVERIZADOR - FRASCO 300ML	436466	UNIDADE	3.500

41	LIMPA, VIDRO, BIODEGRADÁVEL, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, COM ÁLCOOL ETÍLICO, PH 8,00 A 11,00 - FRASCO 500ML (SPRAY OU SQUEEZE)	242252	FRASCO	4.000
42	LIMPADOR, MULTIUSO, BIODEGRADÁVEL, USO GERAL, PH 9,5-11,5, APLICAÇÃO LIMPEZA COZINHAS, BANHEIROS, AZULEJOS, PLÁSTICOS, ESMALTADOS, FOGÕES, PISOS, PAREDES E SUPERFÍCIES LAVÁVEIS EM GERAL, FRAGRÂNCIAS DIVERSAS (A ESCOLHER) - GALÃO 5L	289840	GALÃO	1.500
43	LIMPADOR, MULTIUSO, USO GERAL, PH 9,5-11,5, BIODEGRADÁVEL, APLICAÇÃO LIMPEZA COZINHAS, BANHEIROS, AZULEJOS, PLÁSTICOS, ESMALTADOS, FOGÕES, PISOS, PAREDES E SUPERFÍCIES LAVÁVEIS EM GERAL, FRAGRÂNCIAS DIVERSAS (A ESCOLHER) - FRASCO 500ML	289840	FRASCO	7.000
44	PÁ, COLETORA LIXO (DE MÃO), CABO CURTO, MATERIAL PLÁSTICO, COM EXTREMIDADE DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE (ADERENTE E FLEXÍVEL), CABO DE APOIO PARA ACOPLAR AO CABO DA VASSOURA, DIMENSÕES MÍNIMAS ALTURA 5CM X LARGURA 21CM X COMPRIMENTO 29CM	327925	UNIDADE	1.500
45	PÁ, COLETORA LIXO, CABO LONGO (60 A 80CM), MATERIAL PLÁSTICO, COM COM EXTREMIDADE DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE (ADERENTE E FLEXÍVEL), DIMENSÕES MÍNIMAS ALTURA 8,5CM X LARGURA 25 A 28CM X PROFUNDIDADE 20 A 27CM	416112	UNIDADE	1.000
46	PAPEL, HIGIÊNICO, EXTRA BRANCO, MACIO, ABSORVENTE, HOMOGÊNEO, PICOTADO, FOLHA DUPLA, MEDIDAS 10CM X 30M, MATERIAL 100% CELULOSE, GRAMATURA ENTRE 20 A 30G/M ² , BIODEGRADÁVEL, MATÉRIA PRIMA NÃO ORIUNDA DE MATERIAL RECICLADO, ACABAMENTO UNIFORME, SEM REBARBAS E ENRUGAMENTO - FARDO 64 ROLOS	224638	FARDO	12.000
47	PAPEL, HIGIÊNICO, EXTRA BRANCO, MACIO, ABSORVENTE, HOMOGÊNEO, PICOTADO, FOLHA SIMPLES, MEDIDAS 10CM X 300M, MATERIAL 100% CELULOSE, GRAMATURA ENTRE 20 A 30G /M ² , BIODEGRADÁVEL, MATÉRIA PRIMA NÃO ORIUNDA DE MATERIAL RECICLADO, ACABAMENTO UNIFORME, SEM REBARBAS E ENRUGAMENTO - FARDO 8 ROLOS	233648	FARDO	18.000
48	PAPEL, HIGIÊNICO, EXTRA BRANCO, MACIO, ABSORVENTE, HOMOGÊNEO, PICOTADO, FOLHA SIMPLES, MEDIDAS 10CM X 600M, MATERIAL 100% CELULOSE, GRAMATURA ENTRE 20 A 30G /M ² , BIODEGRADÁVEL, MATÉRIA PRIMA NÃO ORIUNDA DE MATERIAL RECICLADO, ACABAMENTO UNIFORME, SEM REBARBAS E ENRUGAMENTO - FARDO 8 ROLOS	314739	FARDO	12.000
49	RODO, APLICAÇÃO PIA, MATERIAL POLIPROPILENO, BORRACHA COM PROTEÇÃO ANTIBACTERIANA, CABO ANATÔMICO, TAMANHO 16 A 22CM	607532	UNIDADE	4.500
50	RODO, CABO MATERIAL MADEIRA PLASTIFICADO OU ALUMÍNIO MEDINDO 1,50M, SISTEMA DE ROSCA UNIVERSAL, BORRACHA DUPLA, TAMANHO 60CM	253025	UNIDADE	3.000
51	RODO, MATERIAL PLÁSTICO, CABO MATERIAL ALUMÍNIO ANODIZADO MEDINDO 1,50M, COM SISTEMA PEGA PANO, BORRACHA EVA DUPLA, TAMANHO 60CM	372558	UNIDADE	5.000
52	SABÃO, BARRA, GLICERINADO, BIODEGRADÁVEL, PH 9,00-11,00 - PACOTE 1KG (5 UNIDADES DE 200G CADA)	298406	PACOTE	4.800
53	SABÃO, LÍQUIDO, SUPER CONCENTRADO, APLICAÇÃO LAVAR ROUPAS, COM TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL, PH 7,00-10,00 - BOMBONA 5L	390358	BOMBONA	5.000
54	SABÃO, PÓ, BIODEGRADÁVEL, APLICAÇÃO LIMPEZA GERAL, PH 9,00 A 11,5 – CAIXA 1KG	226792	CAIXA	5.000
	SABONETE, LÍQUIDO, ASPECTO FÍSICO CREMOSO/ VISCOSO/ PEROLADO, PH NEUTRO (MÍNIMO 6,00 E MÁXIMO 8,00),			

55	APLICAÇÃO HIGIENE DAS MÃOS, COM AGENTES EMOLIENTES E /OU UMECTANTES, BIODEGRADÁVEL, AROMA ERVA DOCE - GALÃO 5L	428071	GALÃO	6.000
56	SABONETE, LÍQUIDO, ASPECTO FÍSICO CREMOSO/ VISCOSO/ PEROLADO, PH NEUTRO (MÍNIMO 6,00 E MÁXIMO 8,00), APLICAÇÃO HIGIENE DAS MÃOS, VÁLVULA SISTEMA PUMP-UP, COM AGENTES EMOLIENTES E/OU UMECTANTES, FRAGRÂNCIAS SUAVES - FRASCO 1L	428071	FRASCO	5.000
57	SACO, LIMPEZA GERAL, FECHADO, MATERIAL 100% ALGODÃO, ALVEJADO, BRANCO, PRÉ-AMACIADO, COSTURA REFORÇADA NA LATERAL E FUNDO, BARRA REFORÇADA NO FUNDO E BOCA (EVITAR O DESFIO), DIMENSÕES LARGURA 45-58CM X COMPRIMENTO 68-74CM	240494	UNIDADE	10.000
58	SACO, LIXO, MATERIAL PLÁSTICO, COR AZUL, CAPACIDADE 100 LITROS, MATERIAL POLIETILENO ALTA DENSIDADE (PEAD), BIODEGRADÁVEL, REFORÇADO, FUNDO TIPO ESTRELA, APLICAÇÃO ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS DOMICILIARES - PACOTE 100 UNIDADES	230572	PACOTE	1.000
59	SACO, LIXO, MATERIAL PLÁSTICO, COR BRANCO, CAPACIDADE 100 LITROS, MATERIAL POLIETILENO ALTA DENSIDADE (PEAD), BIODEGRADÁVEL, FUNDO TIPO ESTRELA, COM SIMBOLOGIA DE ACORDO COM A SUA CARACTERIZAÇÃO, APLICAÇÃO ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS INFECTANTES /HOSPITALARES - PACOTE 100 UNIDADES	353776	PACOTE	2.000
60	SACO, LIXO, MATERIAL PLÁSTICO, COR BRANCO, CAPACIDADE 200 LITROS, MATERIAL POLIETILENO ALTA DENSIDADE (PEAD), BIODEGRADÁVEL, FUNDO TIPO ESTRELA, COM SIMBOLOGIA DE ACORDO COM A SUA CARACTERIZAÇÃO, APLICAÇÃO ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS INFECTANTES /HOSPITALARES - PACOTE 100 UNIDADES	375948	PACOTE	1.000
61	SACO, LIXO, MATERIAL PLÁSTICO, COR BRANCO, CAPACIDADE 30 LITROS, MATERIAL POLIETILENO ALTA DENSIDADE (PEAD), BIODEGRADÁVEL, FUNDO TIPO ESTRELA, COM SIMBOLOGIA DE ACORDO COM A SUA CARACTERIZAÇÃO, APLICAÇÃO ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS INFECTANTES /HOSPITALARES - PACOTE 100 UNIDADES	353775	PACOTE	2.000
62	SACO, LIXO, MATERIAL PLÁSTICO, COR BRANCO, CAPACIDADE 50 LITROS, MATERIAL POLIETILENO ALTA DENSIDADE (PEAD), BIODEGRADÁVEL, FUNDO TIPO ESTRELA, COM SIMBOLOGIA DE ACORDO COM A SUA CARACTERIZAÇÃO, APLICAÇÃO ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS INFECTANTES /HOSPITALARES - PACOTE 100 UNIDADES	353773	PACOTE	2.000
63	SACO, LIXO, MATERIAL PLÁSTICO, COR CINZA, CAPACIDADE 240 LITROS, BIODEGRADÁVEL, REFORÇADO, 12 MICRAS, APLICAÇÃO ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS DOMICILIARES - PACOTE 100 UNIDADES	332974	PACOTE	1.500
64	SACO, LIXO, MATERIAL PLÁSTICO, COR MARROM, CAPACIDADE 100 LITROS, BIODEGRADÁVEL, REFORÇADO, APLICAÇÃO COLETA SELETIVA - ORGÂNICO - PACOTE 100 UNIDADES	372845	PACOTE	1.300
65	SACO, LIXO, MATERIAL PLÁSTICO, COR PRETO, CAPACIDADE 100 LITROS, MATERIAL POLIETILENO ALTA DENSIDADE (PEAD), BIODEGRADÁVEL, REFORÇADO, FUNDO TIPO ESTRELA, APLICAÇÃO ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS DOMICILIARES - PACOTE 100 UNIDADES	329395	PACOTE	5.000
66	SACO, LIXO, MATERIAL PLÁSTICO, COR PRETO, CAPACIDADE 15L, BIODEGRADÁVEL, REFORÇADO, APLICAÇÃO ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS DOMICILIARES - PACOTE 100 UNIDADES	403320	PACOTE	3.000
	SACO, LIXO, MATERIAL PLÁSTICO, COR PRETO, CAPACIDADE 200			

67	LITROS, BIODEGRADÁVEL, REFORÇADO, 12 MICRAS, APLICAÇÃO ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS DOMICILIARES - PACOTE 100 UNIDADES	307322	PACOTE	2.000
68	SACO, LIXO, MATERIAL PLÁSTICO, COR PRETO, CAPACIDADE 240 LITROS, BIODEGRADÁVEL, REFORÇADO, 12 MICRAS, APLICAÇÃO ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS DOMICILIARES - PACOTE 100 UNIDADES	313364	PACOTE	2.000
69	SACO, LIXO, MATERIAL PLÁSTICO, COR PRETO, CAPACIDADE 50L, BIODEGRADÁVEL, REFORÇADO, APLICAÇÃO ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS DOMICILIARES - PACOTE 100 UNIDADES	372616	PACOTE	5.000
70	SACO, LIXO, MATERIAL PLÁSTICO, COR VERDE, CAPACIDADE 100 LITROS, REFORÇADO, CAPACIDADE CARGA 20KG, APLICAÇÃO COLETA SELETIVA - VIDRO - PACOTE 100 UNIDADES	372844	PACOTE	2.000
71	SACO, LIXO, PLÁSTICO, AZUL, 200 LITROS, APLICAÇÃO ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS DOMICILIARES, BIODEGRADÁVEL, REFORÇADO, 16 MICRAS, EM CONFORMIDADE COM ABNT 9191/2002 - PACOTE 100 UNIDADES	427163	PACOTE	2.000
72	SAPONÁCEO, ASPECTO FÍSICO PÓ, BIODEGRADÁVEL, APLICAÇÃO LIMPEZA DE PISOS E PAREDES - FRASCO 300 GRAMAS	241703	FRASCO	4.000
73	TAPETE, MATERIAL SUPERFÍCIE VINIL, MATERIAL BASE PVC (CLORETO DE POLIVINILA), BORRACHA ANTIDERRAPANTE, LARGURA: 38 CM, COMPRIMENTO 58 CM, ESPESSURA:10 MM, COR BÁSICA PRETA, COM SANITIZANTE	473293	UNIDADE	1.000
74	TIRA, LIMO, APLICAÇÃO LIMPEZA BANHEIRO, COM CLORO ATIVO - FRASCO 500ML	314815	FRASCO	5.000
75	TOALHA, PAPEL, BRANCO NEVE, FOLHAS SIMPLES, LINHA PREMIUM, BOBINA 20CM X 200 METROS, COMPOSIÇÃO 100% CELULOSE, NÃO ORIUNDO DE MATERIAL RECICLADO, ALTA ABSORÇÃO, RESISTENTE, APLICAÇÃO TOALHEIRO SISTEMA BOBINA AUTO CORTE, GRAMATURA MÍNIMA 32GR/M² - FARDO 6 ROLOS	290376	FARDO	4.000
76	TOALHA, PAPEL, BRANCO NEVE, MACIA, FOLHA DUPLA, INTERFOLHA, DIMENSÕES ENTRE 20 A 24 CM DE COMPRIMENTO X 20 A 24 CM LARGURA, MATERIAL CELULOSE 100% VIRGEM, ALTA ABSORÇÃO, RESISTENTE, GRAMATURA MÍNIMA DE 28G/M² - PACOTE 1.000 FOLHAS	346297	PACOTE	18.000
77	TOALHA, PAPEL, BRANCO NEVE, MACIA, FOLHA DUPLA, LINHA LUXO, INTERFOLHA, DIMENSÕES ENTRE 20 A 24 CM DE COMPRIMENTO X 20 A 24 CM LARGURA, MATERIAL CELULOSE 100% VIRGEM, ALTA ABSORÇÃO, RESISTENTE, RESISTÊNCIA MECÂNICA E UMIDADE, APLICAÇÃO EM TOALHEIROS DE 2 DOBRAS, GRAMATURA MÍNIMA DE 28G/M² - CAIXA 2.000 FOLHAS	301404	CAIXA	14.000
78	VASSOURA, CERDAS SINTÉTICAS FIRMES, COMPRIMENTO DE VARREDURA DE 40CM, CABO EM MADEIRA DE 1,5M, PLASTIFICADO, SISTEMA DE FIXAÇÃO ATRAVÉS DE ROSCA UNIVERSAL	307429	UNIDADE	3.000
79	VASSOURA, GARI, MATERIAL CERDAS NYLON, CEPA PLÁSTICO, 7 FILEIRAS, FIXAÇÃO DO CABO ATRAVÉS DE ROSCA UNIVERSAL, COMPRIMENTO 60CM, CABO EM MADEIRA 1,50M	312607	UNIDADE	2.500
80	VASSOURA, LIMPA TETO, CERDAS SINTÉTICAS, SISTEMA ROSQUEÁVEL UNIVERSAL, CABO EXTENSOR PLASTIFICADO EM ALUMÍNIO OU MADEIRA, COMPRIMENTO MÍNIMO 3M, SUPORTE "LT"	245629	UNIDADE	3.000
81	VASSOURA, MATERIAL CERDAS PALHA COCO, CABO EM MADEIRA MEDINDO NO MÍNIMO 120CM	234665	UNIDADE	4.000
	VASSOURA, MATERIAL CERDAS PÊLO SINTÉTICO FIRME,			

82	COMPRIMENTO CEPA 60CM, CABO REFORÇADO E PLASTIFICADO EM MADEIRA MEDINDO NO MÍNIMO 120CM, SISTEMA DE FIXAÇÃO EM ROSCA UNIVERSAL	285633	UNIDADE	2.600
----	--	--------	---------	-------

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme [Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021](#).

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contados do(a) assinatura do termo de contrato ou de instrumento equivalente, na forma do artigo 105 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Certificação de sustentabilidade ambiental emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada comprovando que a Proponente pratica ações sustentáveis que colaborem para a preservação do Meio Ambiente (artigos 5º e 6º da IN Nº 1 – SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010) ou alternativamente a certificação poderá ser feita mediante Declaração de Sustentabilidade Ambiental emitida pela própria empresa licitante declarando que ela (proponente) atende às exigências constantes da IN Nº 1/2010 – SLTI/MPOG.

4.1.2. Obrigação da Contratada cumprir na execução de suas atividades relacionadas a presente licitação toda legislação ambiental brasileira no que for aplicável, em especial as seguintes normas: Lei 12.187/2009 - Política Nacional de Mudança no Clima, Lei 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010.

Da exigência de amostra

4.2. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.3. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:

4.3.1 Item (13) Cera, Uso Institucional, Incolor, Autobrilho (sem necessidade de polimento), para pisos com tráfego intenso, antiderrapante, impermeabilizante, biodegradável, PH 7,00 a 8,80, tempo de secagem máximo 30 minutos, resistente a riscos e marcas causadas por borracha, uso geral com ação restauradora de brilho de pisos, mármore, granitos, marmorite, granitina, cimento queimado, vulcapiso, piso vinílico, paviflex, pisoflex, lajotas, cerâmicas, ardósia, suave fragrância de aromas como lavanda, campestre, floral, neutra ou outros conforme solicitação no pedido, rendimento mínimo 40 M² - GALÃO 5 L.

4.4. As amostras poderão ser entregues no endereço: Diretoria de Logística - Telefones (62) 3521-1020 /1471 - Email: almoxarifado.dlog@ufg.br da Diretoria Logística da UFG - DLOG /UFG, localizados na Av. Esperança (Alameda Flamboyant) Campus II – Samambaia (saída para Nova Veneza-GO, próximo à Casa do Estudante Universitário), Goiânia – Goiás, CEP 74690-900, no prazo limite a ser informado pelo pregoeiro por mensagem no sistema, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.5. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.6. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.7. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

4.7.1. Item (13): Cera

Verificar a aderência do produto ao especificado no termo de referência.

Local: Centro de Aulas D. Endereço: Setor Leste Universitário, 1ª Avenida nº 815. No primeiro andar, corredor de acesso às salas de aula. Tipo de piso: Granilite.

Responsável: Equipe da Limpeza (fiscais, encarregada e dois funcionários limpeza). Gleidson e equipe. gleidson@ufg.br Tel. 62 9 9192 5910 (WhatsApp)

Dia: A definir pelo pregoeiro

Horário: 10h:00

Procedimento:

1 - No dia agendado a granilite (no pequeno espaço selecionado) será limpa com detergente ou removedor para tirar as sujidades incrustadas com uso de enceradeira com disco verde ou preto.

2 - O espaço da granilite será secado com pano de chão e rodo.

3 - Será realizado no dia teste imagens do antes e depois.

4 - O modo de usar: seguirá as orientações de aplicação contidas no rótulo do produto concentrado com as instruções de diluição caso especificado.

5 - O produto deverá suportar, sem escorregar, alto tráfego de pessoas do local. Isso é uma característica comum nos vários espaços da Universidade: alto tráfego de pessoas.

4.8. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.9. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da (s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.10. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.11. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de dez(10) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.12. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

Subcontratação

4.13. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.14. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias úteis, contados do(a) nota de empenho via e-mail, em remessa única ou parcelada.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Diretoria de Logística - Telefones (62) 3521-1020/1471 - E-mail: almoxarifado.dlog@ufg.br da Diretoria Logística da UFG - DLOG /UFG, localizados na Av. Esperança (Alameda Flamboyant) Campus II – Samambaia (saída para Nova Veneza-Go, próximo à Casa do Estudante Universitário), Goiânia – Goiás, CEP 74690-900.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de

apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.11.1. o prazo de validade;

7.11.2. a data da emissão;

7.11.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.11.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.11.5. o valor a pagar; e

7.11.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.23.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.24. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por

aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.25. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.25.1. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.26. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.27. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme [o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.28. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

7.29. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.13. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Para os produtos que são sujeitos ao regime de Vigilância Sanitária, conforme Decreto nº 8077/13, aplica-se a prova de atendimento aos seguintes requisitos:

8.14.1. A Autorização de Funcionamento (AFE) vigente, emitida pela ANVISA, para os produtos abrangidos pela RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, da ANVISA.

8.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União

(DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.24. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.25. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.26.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.26.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.26.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.26.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.27. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.30. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.30.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.30.1.1. comprovar o fornecimento de no mínimo 20% (vinte por cento) do quantitativo total para cada item desta licitação, que vier a participar.

8.30.1.2. os fornecedores deverão indicar exclusivamente para os itens: 02 a 08, 16 a 17, 20 a 24, 39 a 43, 55 a 56, 58 a 72 e 74, o número do Registro na Anvisa - Agência Nacional de Vigilância Sanitária ou deverão alternativamente apresentar documento que isente o registro;

8.30.1.3. encaminhamento, quando da entrega, da FISPQ - Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos para todos os produtos químicos perigosos (itens: 02 a 08, 16 a 17, 20 a 24, 39 a 43, 55 a 56, 58 a 72 e 74).

8.30.1.4. fornecedores somente poderão ofertar em suas propostas preços para os itens 58 a 71 - sacos plásticos e 37 e 38 - garrafas térmicas - produtos que estejam em conformidade respectivamente com as seguintes normas da ABNT: ABNT NBR 13282 /2017 (garrafas térmicas), e ABNT NBR 9191/2008 e 7500/2021 (Sacos plásticos para acondicionamento de lixo).

8.30.1.5. Licença Sanitária expedida pela Vigilância Sanitária do Município ou do Estado sede da empresa proponente ou documento que isente a exigência.

8.30.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.30.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.30.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.31. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.31.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.31.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.31.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.31.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.31.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.31.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.31.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

9.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Goiânia, na data da assinatura digital.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MATTHEUS HENRIQUE NASCIMENTO PARDIM

Técnico em Contabilidade



Assinou eletronicamente em 16/10/2024 às 10:43:29.

KIM AVILA ALVES

Assistente em Administração



Assinou eletronicamente em 16/10/2024 às 10:46:32.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP98_2024.pdf (308.59 KB)

Anexo I - ETP98_2024.pdf

Estudo Técnico Preliminar 98/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23070.011490/2024-27

2. Descrição da necessidade

A manutenção de boas condições de limpeza e higiene e segurança nos ambientes dos prédios públicos não é só uma obrigação legal imposta pela legislação sanitária e correlatas, mas também uma das medidas necessárias a proporcionar um ambiente saudável para os usuários internos e externos do serviço público. Outra obrigação imposta às instituições públicas é ter a disposição bens e espaços necessários ao seu funcionamento e que colaborem para proporcionar o mínimo de qualidade de vida no trabalho aos seus trabalhadores, bem como qualidade no seu atendimento ao público.

Para a manutenção de boas condições de limpeza e higiene e segurança e qualidade nos ambientes das diversas unidades da UFG a instituição necessita sempre ter em seu almoxarifado os diversos gêneros de materiais de limpeza e higiene, copa e cozinha e segurança e outros para que a equipe de limpeza (terceirizada) e para que os demais usuários internos em especial possam executar suas atividades com o mínimo de conforto e ainda para que todos possam usufruir dos espaços da Universidade com segurança.

Tendo em vista que a UFG não produz nenhum dos bens/materiais relacionados nas requisições 1454, 1455 e 1483/2024, é preciso que a instituição faça as compras dos mesmos. Tendo em vista o valor total estimado para os itens pretendidos, e que tratam-se de bens comuns, as compras poderão ser viabilizadas por meio da realização de licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, nos termos do Decreto 11.462/2023.

Tendo em vista o valor total estimado para os itens pretendidos, e que tratam-se de bens comuns, as compras poderão ser viabilizadas por meio da realização de licitação, na modalidade pregão sob o tipo menor preço, conforme determina o art. 6º, XLI, da Lei nº 14.133/2021).

O Pregão eletrônico deverá ser processado pelo sistema de registro de preços, pois as pretendidas compras originadas da licitação que dará solução à necessidade aqui apresentada tem como enquadramento legal o art.3º, incisos I,II e V do Decreto 11.462/2023. Abaixo segue o texto integral do artigo e incisos citados:

Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

(...)

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Por meio da concretização da aquisição referida a UFG pretende dar atendimento do interesse público, cumprir a legislação sanitária e correlata e de qualidade dos serviços, de qualidade de vida no trabalho, e consequentemente garantir as condições adequadas de higiene e limpeza, segurança e conforto nos prédios da instituição, bem como proporcionar os elementos suficientes para viabilizar a mínima qualidade de vida no trabalho aos seus servidores e colaboradores, bem como ao público externo e comunidade universitária, maior qualidade nos serviços. A relação completa com as quantidades e a descrição dos itens que se pretende registrar preços para suprir a necessidade evidenciada neste estudo consta no Anexo I deste Estudo.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DIRETORIA DE LOGÍSTICA	MATTHEUS HENRIQUE NASCIMENTO PARDIM

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os materiais a serem comprados para atendimento da necessidade evidenciada no tópico 2 - Descrição da Necessidade deste Estudo deverão atender aos seguintes requisitos que constam no Anexo I a este estudo:

Nas propostas de preços para a licitação que for realizada para a compra dos itens listados no relatório de material a serem licitados - Anexo I deste Estudo, os fornecedores deverão indicar exclusivamente para os itens: 02 a 08, 16 a 17, 20 a 24, 39 a 43, 55 a 56, 58 a 72 e 74, o número do Registro na Anvisa - Agência Nacional de Vigilância Sanitária ou deverão alternativamente apresentar documento que isente o registro;

É Requisito desta contratação que seja incluído no Termo de Referência, como obrigação da contratada, o dever de encaminhamento, quando da entrega, que todos os produtos químicos perigosos (itens: 02 a 08, 16 a 17, 20 a 24, 39 a 43, 55 a 56, 58 a 72 e 74) estejam acompanhados da FISPQ - Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos ou que seja encaminhado pelos fornecedores o endereço eletrônico onde pode ser obtida ou apresentada justificativa mencionando norma ou disposição vigente que indique a não obrigatoriedade de elaboração da FISPQ para o produto.

Para atender os requisitos relacionados a critérios e práticas de sustentabilidade as empresas que participarem da licitação que será realizada para prover solução a necessidade descrita no item 2 deste ETP deverão cumprir os seguintes requisitos:

Apresentar Certificação de sustentabilidade ambiental comprovando que cumpre na execução de suas atividades a legislação federal de sustentabilidade ambiental brasileira podendo alternativamente cumprir este requisito por meio do preenchimento de Declaração de Sustentabilidade Ambiental conforme modelo que constar do edital da licitação.

Deverá constar do Termo de Referência, também como requisito desta contratação, no tópico obrigação da Contratada, a seguinte obrigação: É Obrigação da Contratada cumprir na execução de suas atividades relacionadas a presente licitação toda legislação ambiental brasileira no que for aplicável, em especial as seguintes normas: Lei 12.187/2009 - Política Nacional de Mudança no Clima, Lei 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010.

Também como requisito da contratação e ainda como observação do item deverá constar do Termo de Referência que os fornecedores somente poderão ofertar em suas propostas preços para os itens 58 a 71 - sacos plásticos e 37 e 38 - garrafas térmicas - produtos que estejam em conformidade respectivamente com as seguintes normas da ABNT: ABNT NBR 13282 /2017 (garrafas térmicas), e ABNT NBR 9191/2008 e 7500/2021 (Sacos plásticos para acondicionamento de lixo). De modo a simplificar o cumprimento das regras desta contratação, o presente requisito deverá constar do termo de referência com obrigação da contratada, devendo ainda constar como observação ou como complemento da descrição dos itens na tabela dos itens da licitação.

Como requisitos técnicos as empresas que vierem a ofertar propostas de preços para os itens necessários a solução do problema apresentado no tópico 2 deste Estudo deverão apresentar atestados de capacidade técnica emitidos por instituições públicas ou privadas em que comprovem ter fornecidos bens compatíveis aos itens referidos num quantitativo correspondente a no mínimo 20% o quantitativo de materiais a serem licitados, de acordo com o Anexo I deste Estudo.

Ainda como Requisito Técnico, deverá ser exigido das empresas que participarem da presente licitação Alvará Sanitário expedida pela Vigilância Sanitária do Município ou do Estado sede da empresa proponente ou documento que isente a exigência.

O item : 13 (CERA) estará condicionada a entrega mediante amostra, na qual passará pelo teste discriminado abaixo:

Produto: Cera

Objetivo: Verificar a aderência do produto ao especificado no termo de referência.

Local: Centro de Aulas D.

Endereço: Setor Leste Universitário, 1ª Avenida nº 815. No primeiro andar, corredor de acesso às salas de aula.

Tipo de piso: Granilite.

Responsável: Equipe da Limpeza (fiscais, encarregada e dois funcionários limpeza). Gleidson e equipe. gleidson@ufg.br Tel. 62 9 9192 5910 (WhatsApp)

Dia: Data definida pelo pregoeiro.

Horário: 10h:00

Procedimentos:

1 – A Granilite (no pequeno espaço selecionado) será limpa com detergente ou removedor para tirar as sujidades incrustadas com uso de enceradeira com disco verde ou preto.

2 - O espaço da Granilite será secado com pano de chão e rodo.

3 – Será realizado no dia teste de imagens do antes e depois.

4 - O modo de usar: seguirá as orientações de aplicação contidas no rótulo do produto concentrado com as instruções de diluição caso especificado.

5 - O produto deverá suportar, sem escorregar, alto tráfego de pessoas do local. Isso é uma característica comum nos vários espaços da Universidade: alto tráfego de pessoas.

5. Levantamento de Mercado

Nas aquisições de bens comuns em âmbito nacional, por grande parte das instituições de ensino e inclusive de outros órgãos federais, regionais e nacionais é que no surgimento de necessidades, como a constante do tópico 2 deste estudo, as compras poderão ser viabilizadas por meio da realização de licitação, na modalidade pregão sob o tipo menor preço, conforme determina o art. 6º, XLI, da Lei nº 14.133/2021).

A UFG também procede desta forma há vários anos para aquisição de materiais de limpeza, copa e cozinha, gêneros de alimentação, higiene e segurança, ou seja, uma forma de contratação bem corriqueira e utilizada por parte das instituições.

A pesquisa de preços foi realizada mediante o painel de preços de forma a encontrar a mediana.

6. Descrição da solução como um todo

A descrição da solução como um todo abrange a realização de licitação para aquisição de bens considerados como bem comum na modalidade pregão sob o tipo menor preço, conforme determina o art. 6º, XLI, da Lei nº 14.133/2021).

Os materiais a serem licitados, constam no Anexo I deste Estudo: a saber materiais de limpeza, copa e cozinha e gênero de alimentação.

As compras decorrente da licitação referida serão realizadas durante a vigência da ata de registro de preços de acordo com a necessidade da instituição e disponibilidade orçamentária e financeira.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

No Anexo II deste Estudo - Demonstrativo de Cálculo para compra de materiais de limpeza, copa e cozinha e gêneros de alimentação, na coluna "Estoque de Segurança" foi incluído um acréscimo de 25% na estimativa anual, tendo em vista a manutenção do estoque de segurança, o qual deve garantir níveis suficientes de saldo, a fim de evitar ruptura diante da variabilidade da demanda e da incerteza do ressuprimento do produto quando necessário, notadamente por problemas relacionados às condições de habilitação das empresas nas contratações, demora na entrega dos materiais, surgimento de eventos

inopinados na instituição que demandam quantitativos e a entrega de novos prédios nos Campus Goiânia e Aparecida de Goiânia.

As quantidades e as Unidades de Fornecimento foram ampliadas e variadas a fim de que tenhamos material disponível, no caso de fracasso em algum dos itens objetos da pretendida contratação.

Cabe destacar ainda que a ata de registro de preços de material de limpeza, copa e cozinha e gêneros de alimentação gerenciada por esta Diretoria atende aos mais variados eventos promovidos pela Instituição, aqueles constantes no calendário acadêmico oficial, além de atender a todos os programas de pós graduação das Unidades Acadêmicas, além de servir para fornecimento de materiais de limpeza destinados aos laboratórios de extensão, em especial aqueles na área da saúde e os concursos e processos seletivos geridos por esta Universidade.

8. Estimativa do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: O valor unitário e total estimado para esta contratação, nos termos do art. 10 da IN SEGES 65/2021 de 07 de Julho de 2021 possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances. O sigilo foi definido pela equipe de planejamento em razão de questões técnicas relacionadas a esta contratação e a anterior interdependente a ela.]

Os valores unitário e total estimado para os itens desta contratação foram levantados por intermédio de pesquisa de preços, em consonância com o Art. 5º, inciso II, IN SEGES 65/2021, ou seja com medianas obtidas diretamente do Banco de Preços.

A Planilha de Preços que consolidou a pesquisa de preços está materializada na TABELA DE PREÇOS, conforme documento SEI nº 4693480. Esse documento assim como o presente Estudo, integra o processo SEI nº 23070.011490/2024-27.

O valor unitário e total estimado para esta contratação, nos termos do art. 10 da IN SEGES 65/2021, possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Como em geral, inclusive conforme entendimento do TCU, é regra o parcelamento da solução, a Coordenação de Análise e Planejamento de Compras da Diretoria de Compras da UFG optou quando do registro dos itens desta contratação no SIPAC - Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos em seguir a regra e não agrupar os itens. Desta forma manter-se a o referido escopo e a Licitação decorrente deste Estudo será composta por 82 itens não agrupados.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há Ata de registro de preços ativa, para aquisição de materiais de limpeza, copa e cozinha e gêneros de alimentação

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação prevista no item 6 deste Estudo está alinhada com o Planejamento da Diretoria de Logística da Universidade Federal de Goiás para 2023 e 2024 (se for o caso) e todos itens constam dos Planos Anuais de Contratações - PAC 2024, conforme informado nas requisições (constante dos autos) que deram origem ao processo que originou este Estudo Técnico Preliminar - ETP.

São as Requisições Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC):

- Requisição Nº 1454/2024 - DLOG (SEI 4510587)
- Requisição Nº 1455/2024 - DLOG (SEI 4510597)
- Requisição Nº 1483/2024 - DLOG (SEI 4510600)

A contratação também está alinhada com o Plano de Gestão da Universidade Federal de Goiás para o período 2022-2025 conforme item: 7.1.5. Objetivos para a área de Administração e Finanças e objetivo 4: Implementar um modelo de gestão estratégica dos serviços de apoio à infraestrutura (uso e manutenção do espaço físico, transporte, equipamentos, compras e serviços), baseado em princípios de sustentabilidade e gestão de contingências.

12. Resultados Pretendidos

Os resultados pretendido em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos, humanos , materiais, humanos e financeiros disponíveis por meio da solução apresentada no tópico 6 deste Estudo são os seguintes:

- Prover a todas unidades da Universidade Federal de Goiás em Goiânia os recursos materiais listados no Anexo I deste Estudo e de boa qualidade.
- Melhorar a qualidade e rapidez dos serviços públicos prestados à sociedade;
- Garantir a execução das atividades administrativas e acadêmicas da instituição;
- Quanto a eficiência, a referida aquisição propiciará maior agilidade no desempenho das atividades práticas, finalísticas, administrativas e pesquisas desenvolvidas pelos servidores, colaboradores, docentes e alunos.
- Quanto a eficácia, a aquisição de tais produtos visa apoiar e possibilitar o cumprimento das competências educacionais da UFG frente à comunidade universitária e à sociedade.
- Colaborar para a qualidade de vida no trabalho na instituição como um todo.

13. Providências a serem Adotadas

Previamente a Celebração da Ata de Registro de Preços a área competente da Universidade deverá designar os servidores responsáveis para o seu acompanhamento e para o acompanhamento das compras que vierem a ser realizadas durante sua vigência.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Toda atividade humana gera resíduos e impactos ao meio ambiente, e no que diz respeito a produção e a comercialização dos produtos listados no Anexo I deste estudo, não é diferente. A extração de matéria prima e geração de embalagens para produzir os produtos que serão comprados para atender a necessidade apresentada neste Estudo bem como as formas em que poderá ocorrer o seu descarte é um dos possíveis impactos ao meio ambiente.

De modo a realizar esforços para mitigar alguns dos possíveis impactos ambientais está previsto neste estudo no tópico 4- Descrição dos Requisitos da Contratação, algumas regras para a licitação que deverão ser cumpridas por todos fornecedores, a saber as seguintes:

1. Apresentação pelos fornecedores de Certificação de sustentabilidade ambiental comprovando que cumpre na execução de suas atividades a legislação federal de sustentabilidade ambiental brasileira podendo alternativamente cumprir este requisito por meio do preenchimento de Declaração de Sustentabilidade Ambiental conforme modelo que constar do edital da licitação.
2. Determinação de Inclusão no Termo de Referência de Obrigação da Contratada cumprir na execução de suas atividades relacionadas a presente licitação toda legislação ambiental brasileira no que for aplicável, em especial as seguintes normas: Lei 12.187/2009 - Política Nacional de Mudança no Clima, Lei 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MATTHEUS HENRIQUE NASCIMENTO PARDIM

Técnico em Contabilidade



Assinou eletronicamente em 12/09/2024 às 17:03:44.

KIM AVILA ALVES

Assistente em Administração



Assinou eletronicamente em 13/09/2024 às 08:27:39.

MARIA LUBELIA BRANDAO BENEVIDES

Contadora



Assinou eletronicamente em 12/09/2024 às 17:10:17.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I AO ETP N° 982024.pdf (44.62 KB)
- Anexo II - ANEXO II AO ETP N° 982024.pdf (129.48 KB)

Anexo I - ANEXO I AO ETP N° 982024.pdf

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DIRETORIA DE LOGÍSTICA

ANEXO I AO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 98/2024

PROCESSO Nº 23070.011490/2024-27	REQUISIÇÃO Nº 1454, 1455 E 1483/2024
----------------------------------	--------------------------------------

ITEM	QTD	UNID. FORNECIMENTO	ESPECIFICAÇÕES
1	3500	PACOTE	AÇÚCAR, CRISTAL, ORIGEM VEGETAL (SACAROSE CANA DE AÇÚCAR), BRANCO, PRIMEIRA QUALIDADE, SEM IMPUREZAS – PACOTE 2 KG
2	7000	LITRO	ÁGUA, SANITÁRIA, COMPOSIÇÃO QUÍMICA HIPOCLORITO DE SÓDIO, TEOR CLORO ATIVO DE 2 A 2,50%, COR INCOLOR, PH 11 A 13,5, APLICAÇÃO LAVAGEM, DESINFETANTE, ALVEJANTE - FRASCO 1L
3	8000	GALÃO	ÁGUA, SANITÁRIA, COMPOSIÇÃO QUÍMICA HIPOCLORITO DE SÓDIO, TEOR CLORO ATIVO DE 2 A 2,50%, COR INCOLOR, PH 11 A 13,5, APLICAÇÃO LAVAGEM, DESINFETANTE, ALVEJANTE - GALÃO 5L
4	6000	FRASCO	ÁLCOOL, ETÍLICO, COM AGENTE EMOLIENTE (GLICERINA), FORMA FARMACÊUTICA GEL, CONCENTRAÇÃO 70% (62,44° INPM), CLASSIFICAÇÃO MEDICAMENTOS, ANTISSEPTICO, BACTERICIDA, PH NEUTRO MÍNIMO 6,00 E MÁXIMO 8,00, COM VÁLVULA PUMP, APLICAÇÃO HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS -FRASCO 1000ML
5	6000	LITRO	ÁLCOOL, ETÍLICO, HIDRATADO, CONCENTRAÇÃO 92,8 INPM (96° GL), ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, INCOLOR, LÍMPIDO, ISENTO DE PARTÍCULAS, APLICAÇÃO LIMPEZA DE AMBIENTES - FRASCO 1L
6	3000	GALÃO	ÁLCOOL, ETÍLICO, HIDRATADO, CONCENTRAÇÃO 92,8 INPM (96° GL), ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, INCOLOR, LÍMPIDO, ISENTO DE PARTÍCULAS, APLICAÇÃO LIMPEZA DE AMBIENTES - GALÃO 5L
7	3000	GALÃO	ÁLCOOL, ETÍLICO, TEOR ALCOÓLICO 70%, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, INCOLOR, LÍMPIDO, ISENTO DE PARTÍCULAS APLICAÇÃO LIMPEZA E DESINFECÇÃO - GALÃO 5L
8	7000	FRASCO	ÁLCOOL, ETÍLICO, TEOR ALCOÓLICO 70%, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, INCOLOR, LÍMPIDO, ISENTO DE PARTÍCULAS, APLICAÇÃO LIMPEZA E DESINFECÇÃO - FRASCO 1000ML
9	1500	UNIDADE	BALDE, MATERIAL PLÁSTICO, ALÇA ARAME GALVANIZADO, COM BICO, CORES VARIADAS (A

			ESCOLHER), CAPACIDADE 8 LITROS
10	1600	UNIDADE	BALDE, MATERIAL PLÁSTICO, ALÇA ARAME GALVANIZADO, COR VARIADA, CAPACIDADE 20 LITROS
11	500	UNIDADE	CAPACHO, FIBRA SINTÉTICA (VINIL ENTRELAÇADA), LAVÁVEL, ANTIDERRAPANTE, ANTICHAMA, ESPESSURA 10MM, MEDINDO 0,80 M x 0,40 M (PERMITIDA VARIAÇÃO DE 10%), BORDAS DE ACABAMENTO COM NOME "UFG" OCUPANDO 50% DO TAMANHO TOTAL DO CAPACHO, LETRAS E BORDAS NA COR AZUL MARINHO, FUNDO CINZA CLARO VULCANIZADO
12	500	UNIDADE	CAPACHO, FIBRA SINTÉTICA (VINIL ENTRELAÇADA), LAVÁVEL, ANTIDERRAPANTE, ANTICHAMA, ESPESSURA 10MM, MEDINDO 2,0 M x 0,80 M (PERMITIDA VARIAÇÃO DE 10%), BORDAS DE ACABAMENTO COM NOME "UFG" OCUPANDO 50% DO TAMANHO TOTAL DO CAPACHO, LETRAS E BORDAS NA COR AZUL MARINHO, FUNDO CINZA CLARO VULCANIZADO
13	5000	GALÃO	CERA, USO INSTITUCIONAL, INCOLOR, AUTOBRILHO (SEM NECESSIDADE DE POLIMENTO), PARA PISOS COM TRÁFEGO INTENSO, ANTIDERRAPANTE, IMPERMEABILIZANTE, BIODEGRADÁVEL, PH 7,00 A 8,80, TEMPO DE SECAGEM MÁXIMO 30 MINUTOS, RESISTENTE A RISCOS E MARCAS CAUSADAS POR BORRACHA, USO GERAL COM AÇÃO RESTAURADORA DE BRILHO DE PISOS MÁRMORES, GRANITOS, MARMORITE, GRANITINA, CIMENTO QUEIMADO, VULCAPISO, PISO VINÍLICO, PAVILFLEX, PISOFLEX, LAJOTAS, CERÂMICAS, ARDÓSIA, SUAVE FRAGRÂNCIA DE AROMAS COMO LAVANDA, CAMPESTRE, FLORAL, NEUTRA OU OUTROS CONFORME SOLICITAÇÃO NO PEDIDO, RENDIMENTO MÍNIMO 40M ² - GALÃO 5L
14	500	UNIDADE	CESTO, LIXO, MATERIAL PLÁSTICO (POLIPROPILENO), FORMATO REDONDO, COM TAMPA, PEDAL, ALÇAS LATERAIS, ACIONAMENTO DA TAMPA EM AÇO, SUPORTE EM AÇO CARBONO GALVANIZADO, CAPACIDADE 95 A 100 LITROS
15	3600	UNIDADE	CESTO, LIXO, MATERIAL PLÁSTICO, SEM TAMPA, TELADO, CAPACIDADE 10 LITROS
16	2000	GALÃO	DESENGORDURANTE, BIODEGRADÁVEL, PH 10,00 A 11,50 - GALÃO 5L
17	6000	FRASCO	DESENGORDURANTE, BIODEGRADÁVEL, PH 10,00 A 11,50, EMBALAGEM SQUEEZE OU SPRAY - FRASCO 500ML

18	2700	UNIDADE	DESENTUPIDOR, MANUAL, APLICAÇÃO PIA, BOCAL BORRACHA LISO, DIÂMETRO MÍNIMO 11CM, CABO DE POLIETILENO DE 17,5CM
19	1500	UNIDADE	DESENTUPIDOR, MANUAL, APLICAÇÃO VASO SANITÁRIO, BOCAL DE BORRACHA, CABO MADEIRA 60CM
20	5000	LITRO	DESINFETANTE, BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO, BACTERICIDA E FUNGICIDA, COMPOSIÇÃO CLORETO DE BENZALCÔNIO (CLORETO DE ALQUILDIMETIL BENZIL AMÔNIO), APLICAÇÃO DESINFETAR E PERFUMAR PISOS, AZULEJOS, ESMALTADOS, BANHEIROS E MÁRMORES, FRAGRÂNCIAS VARIADAS (A ESCOLHER) - EMBALAGEM 1L
21	7000	GALÃO	DESINFETANTE, BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO, BACTERICIDA E FUNGICIDA, COMPOSIÇÃO CLORETO DE BENZALCÔNIO (CLORETO DE ALQUILDIMETIL BENZIL AMÔNIO), APLICAÇÃO DESINFETAR E PERFUMAR PISOS, AZULEJOS, ESMALTADOS, BANHEIROS E MÁRMORES, FRAGRÂNCIAS VARIADAS (A ESCOLHER) - GALÃO 5L
22	4500	FRASCO	DESODORIZADOR, AMBIENTE, AROMATIZADO, APRESENTAÇÃO AEROSSOL, ESSÊNCIAS DIVERSAS (A ESCOLHER), APLICAÇÃO AROMATIZADOR AMBIENTE - FRASCO 400ML
23	7500	GALÃO	DETERGENTE, BIODEGRADÁVEL, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, USO GERAL, PH 5,50 A 8,00, VISCOSIDADE (A 25°C BKF) DEVE SER NO MÍNIMO 250CP, PRINCÍPIO ATIVO ANIÔNICO TEOR 10 A 15% - GALÃO 5L
24	6500	FRASCO	DETERGENTE, BIODEGRADÁVEL, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, USO GERAL, PH 5,50 A 8,00, VISCOSIDADE (A 25°C BKF) DEVE SER NO MÍNIMO 250CP, PRINCÍPIO ATIVO ANIÔNICO TEOR 10 A 15%, EMBALAGEM RESISTENTE, COM BICO DOSADOR (ECONÔMICO), FRAGRÂNCIAS DIVERSAS - FRASCO 500ML
25	2500	UNIDADE	DISCO, ENCERADEIRA, FIBRA, PRETO, PARA PISO COMUM, Nº 350, 35 CM
26	3000	UNIDADE	DISCO, ENCERADEIRA, FIBRA, PRETO, PARA PISO COMUM, Nº 410, 41 CM
27	3000	UNIDADE	DISCO, ENCERADEIRA, FIBRA, PRETO, PARA PISO COMUM, Nº 510, 51 CM
28	3500	UNIDADE	ESCOVA, MANUAL, MULTIUSO, CERDAS NYLON RESISTENTES, CEPA DE PLÁSTICO COM ALÇA (PEGA CONFORTÁVEL E

			ANTIDERRAPANTE)
29	2600	UNIDADE	ESCOVA, SANITÁRIA, COM SUPORTE (COPO), ESCOVA CABEÇA REDONDA COM CERDAS EM NYLON SUPER RESISTENTE E CABO EM POLIPROPILENO, COPO PLÁSTICO FORMATO CILÍNDRICO PARA SUPORTE DA ESCOVA, APLICAÇÃO LIMPEZA VASO SANITÁRIO
30	8000	UNIDADE	ESPONJA, LIMPEZA, DUPLA FACE (VERDE/AMARELO), MATERIAL POLIURETANO, FIBRA SINTÉTICA COM ABRASIVO, FORMATO RETANGULAR, BACTERICIDA, DIMENSÕES APROXIMADAS 10CM X 7CM X 2CM
31	3500	PACOTE	ESPONJA, LIMPEZA, LÃ DE AÇO, COMPOSIÇÃO AÇO CARBONO, ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO, PESO 60G - PACOTE 8 UNIDADES
32	500	PACOTE	ESTOPA, MATERIAL FIO ALGODÃO, COR BRANCA, MACIA, ALVEJADA, FIBRAS 100% ALGODÃO, ISENTAS DE IMPUREZAS, APLICAÇÃO LIMPEZA EM GERAL - PACOTE 200G
33	8000	UNIDADE	FLANELA, MATERIAL 100% ALGODÃO, APLICAÇÃO LIMPEZA GERAL, DIMENSÕES 58X38CM, COR A ESCOLHER
34	2000	CAIXA	FÓSFORO, EXTRA LONGO, APROXIMADAMENTE 9,5CM - CAIXA 240 PALITOS
35	1000	UNIDADE	FRASCO, BORRIFADOR/ PULVERIZADOR, MATERIAL POLIPROPILENO, ACIONAMENTO POR GATILHO, 360 GRAUS, BICO COM JATO REGULÁVEL, CAPACIDADE 1 LITRO
36	2000	UNIDADE	FRASCO, BORRIFADOR/PULVERIZADOR, MATERIAL POLIPROPILENO, ACIONAMENTO POR GATILHO, 360 GRAUS, BICO COM JATO REGULÁVEL, CAPACIDADE 500ML
37	1000	UNIDADE	GARRAFA, TÉRMICA, CAPACIDADE 1 LITRO, COM ALÇA, SISTEMA PUMP, MATERIAL EXTERNO LISO, AMPOLA DE VIDRO, APLICAÇÃO LÍQUIDOS QUENTES
38	1000	UNIDADE	GARRAFA, TÉRMICA, CAPACIDADE 2 LITROS, COM ALÇA, SISTEMA PUMP, MATERIAL EXTERNO LISO, AMPOLA DE VIDRO, APLICAÇÃO LÍQUIDOS QUENTES
39	2000	LITRO	HIPOCLORITO, SÓDIO, SOLUÇÃO, CONCENTRAÇÃO CLORO ATIVO 10% A 12%, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO - 1 LITRO
40	3500	UNIDADE	INSETICIDA, AEROSOL, MULTI-INSETOS (INCLUSIVE AEDES AEGYPTI), SEM CHEIRO, FRASCO PULVERIZADOR - FRASCO 300ML

41	4000	FRASCO	LIMPA, VIDRO, BIODEGRADÁVEL, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, COM ÁLCOOL ETÍLICO, PH 8,00 A 11,00 - FRASCO 500ML (SPRAY OU SQUEEZE)
42	1500	GALÃO	LIMPADOR, MULTIUSO, BIODEGRADÁVEL, USO GERAL, PH 9,5-11,5, APLICAÇÃO LIMPEZA COZINHAS, BANHEIROS, AZULEJOS, PLÁSTICOS, ESMALTADOS, FOGÕES, PISOS, PAREDES E SUPERFÍCIES LAVÁVEIS EM GERAL, FRAGRÂNCIAS DIVERSAS (A ESCOLHER) - GALÃO 5L
43	7000	FRASCO	LIMPADOR, MULTIUSO, USO GERAL, PH 9,5-11,5, BIODEGRADÁVEL, APLICAÇÃO LIMPEZA COZINHAS, BANHEIROS, AZULEJOS, PLÁSTICOS, ESMALTADOS, FOGÕES, PISOS, PAREDES E SUPERFÍCIES LAVÁVEIS EM GERAL, FRAGRÂNCIAS DIVERSAS (A ESCOLHER) - FRASCO 500ML
44	1500	UNIDADE	PÁ, COLETORA LIXO (DE MÃO), CABO CURTO, MATERIAL PLÁSTICO, COM EXTREMIDADE DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE (ADERENTE E FLEXÍVEL), CABO DE APOIO PARA ACOPLAR AO CABO DA VASSOURA, DIMENSÕES MÍNIMAS ALTURA 5CM X LARGURA 21CM X COMPRIMENTO 29CM
45	1000	UNIDADE	PÁ, COLETORA LIXO, CABO LONGO (60 A 80CM), MATERIAL PLÁSTICO, COM COM EXTREMIDADE DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE (ADERENTE E FLEXÍVEL), DIMENSÕES MÍNIMAS ALTURA 8,5CM X LARGURA 25 A 28CM X PROFUNDIDADE 20 A 27CM
46	12000	FARDO	PAPEL HIGIÊNICO, EXTRA BRANCO, MACIO, ABSORVENTE, HOMOGÊNEO, PICOTADO, FOLHA DUPLA, MEDIDAS 10CM X 30M, MATERIAL 100% CELULOSE, GRAMATURA ENTRE 20 A 30G/M2, BIODEGRADÁVEL, MATÉRIA PRIMA NÃO ORIUNDA DE MATERIAL RECICLADO, ACABAMENTO UNIFORME, SEM REBARBAS E ENRUGAMENTO - FARDO 64 ROLOS
47	18000	FARDO	PAPEL, HIGIÊNICO, EXTRA BRANCO, MACIO, ABSORVENTE, HOMOGÊNEO, PICOTADO, FOLHA SIMPLES, MEDIDAS 10CM X 300M, MATERIAL 100% CELULOSE, GRAMATURA ENTRE 20 A 30G/M², BIODEGRADÁVEL, MATÉRIA PRIMA NÃO ORIUNDA DE MATERIAL RECICLADO, ACABAMENTO UNIFORME, SEM REBARBAS E ENRUGAMENTO - FARDO 8 ROLOS
48	12000	FARDO	PAPEL, HIGIÊNICO, EXTRA BRANCO, MACIO, ABSORVENTE, HOMOGÊNEO, PICOTADO, FOLHA SIMPLES, MEDIDAS 10CM X 600M, MATERIAL 100% CELULOSE, GRAMATURA ENTRE 20 A 30G/M², BIODEGRADÁVEL, MATÉRIA PRIMA NÃO ORIUNDA DE MATERIAL RECICLADO, ACABAMENTO

			UNIFORME, SEM REBARBAS E ENRUGAMENTO - FARDOS 8 ROLOS
49	4500	UNIDADE	RODO, APLICAÇÃO PIA, MATERIAL POLIPROPILENO, BORRACHA COM PROTEÇÃO ANTIBACTERIANA, CABO ANATÔMICO, TAMANHO 16 A 22CM
50	3000	UNIDADE	RODO, CABO MATERIAL MADEIRA PLASTIFICADO OU ALUMÍNIO MEDINDO 1,50M, SISTEMA DE ROSCA UNIVERSAL, BORRACHA DUPLA, TAMANHO 60CM
51	5000	UNIDADE	RODO, MATERIAL PLÁSTICO, CABO MATERIAL ALUMÍNIO ANODIZADO MEDINDO 1,50M, COM SISTEMA PEGA PANO, BORRACHA EVA DUPLA, TAMANHO 60CM
52	4800	PACOTE	SABÃO, BARRA, GLICERINADO, BIODEGRADÁVEL, PH 9,00-11,00 - PACOTE 1KG (5 UNIDADES DE 200G CADA)
53	5000	BOMBONA	SABÃO, LÍQUIDO, SUPER CONCENTRADO, APLICAÇÃO LAVAR ROUPAS, COM TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL, PH 7,00-10,00 - BOMBONA 5L
54	5000	CAIXA	SABÃO, PÓ, BIODEGRADÁVEL, APLICAÇÃO LIMPEZA GERAL, PH 9,00 A 11,5 – CAIXA 1KG
55	6000	GALÃO	SABONETE, LÍQUIDO, ASPECTO FÍSICO CREMOSO/ VISCOSO/ PEROLADO, PH NEUTRO (MÍNIMO 6,00 E MÁXIMO 8,00), APLICAÇÃO HIGIENE DAS MÃOS, COM AGENTES EMOLIENTES E/OU UMECTANTES, BIODEGRADÁVEL, AROMA ERVA DOCE - GALÃO 5L
56	5000	FRASCO	SABONETE, LÍQUIDO, ASPECTO FÍSICO CREMOSO/ VISCOSO/ PEROLADO, PH NEUTRO (MÍNIMO 6,00 E MÁXIMO 8,00), APLICAÇÃO HIGIENE DAS MÃOS, VÁLVULA SISTEMA PUMP-UP, COM AGENTES EMOLIENTES E/OU UMECTANTES, FRAGRÂNCIAS SUAVES - FRASCO 1L
57	10000	UNIDADE	SACO, LIMPEZA GERAL, FECHADO, MATERIAL 100% ALGODÃO, ALVEJADO, BRANCO, PRÉ-AMACIADO, COSTURA REFORÇADA NA LATERAL E FUNDO, BARRA REFORÇADA NO FUNDO E BOCA (EVITAR O DESFIO), DIMENSÕES LARGURA 45-58CM X COMPRIMENTO 68-74CM
58	1000	PACOTE	SACO, LIXO, MATERIAL PLÁSTICO, COR AZUL, CAPACIDADE 100 LITROS, MATERIAL POLIETILENO ALTA DENSIDADE (PEAD), BIODEGRADÁVEL, REFORÇADO, FUNDO TIPO ESTRELA, APLICAÇÃO ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS DOMICILIARES - PACOTE 100 UNIDADES
59	2000	PACOTE	SACO, LIXO, MATERIAL PLÁSTICO, COR BRANCO, CAPACIDADE 100 LITROS, MATERIAL POLIETILENO

			ALTA DENSIDADE (PEAD), BIODEGRADÁVEL, FUNDO TIPO ESTRELA, COM SIMBOLOGIA DE ACORDO COM A SUA CARACTERIZAÇÃO, APLICAÇÃO ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS INFECTANTES/HOSPITALARES - PACOTE 100 UNIDADES
60	1000	PACOTE	SACO, LIXO, MATERIAL PLÁSTICO, COR BRANCO, CAPACIDADE 200 LITROS, MATERIAL POLIETILENO ALTA DENSIDADE (PEAD), BIODEGRADÁVEL, FUNDO TIPO ESTRELA, COM SIMBOLOGIA DE ACORDO COM A SUA CARACTERIZAÇÃO, APLICAÇÃO ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS INFECTANTES/HOSPITALARES - PACOTE 100 UNIDADES
61	2000	PACOTE	SACO, LIXO, MATERIAL PLÁSTICO, COR BRANCO, CAPACIDADE 30 LITROS, MATERIAL POLIETILENO ALTA DENSIDADE (PEAD), BIODEGRADÁVEL, FUNDO TIPO ESTRELA, COM SIMBOLOGIA DE ACORDO COM A SUA CARACTERIZAÇÃO, APLICAÇÃO ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS INFECTANTES/HOSPITALARES - PACOTE 100 UNIDADES
62	2000	PACOTE	SACO, LIXO, MATERIAL PLÁSTICO, COR BRANCO, CAPACIDADE 50 LITROS, MATERIAL POLIETILENO ALTA DENSIDADE (PEAD), BIODEGRADÁVEL, FUNDO TIPO ESTRELA, COM SIMBOLOGIA DE ACORDO COM A SUA CARACTERIZAÇÃO, APLICAÇÃO ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS INFECTANTES/HOSPITALARES - PACOTE 100 UNIDADES
63	1500	PACOTE	SACO, LIXO, MATERIAL PLÁSTICO, COR CINZA, CAPACIDADE 240 LITROS, BIODEGRADÁVEL, REFORÇADO, 12 MICRAS, APLICAÇÃO ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS DOMICILIARES - PACOTE 100 UNIDADES
64	1300	PACOTE	SACO, LIXO, MATERIAL PLÁSTICO, COR MARROM, CAPACIDADE 100 LITROS, BIODEGRADÁVEL, REFORÇADO, APLICAÇÃO COLETA SELETIVA - ORGÂNICO - PACOTE 100 UNIDADES
65	5000	PACOTE	SACO, LIXO, MATERIAL PLÁSTICO, COR PRETO, CAPACIDADE 100 LITROS, MATERIAL POLIETILENO ALTA DENSIDADE (PEAD), BIODEGRADÁVEL, REFORÇADO, FUNDO TIPO ESTRELA, APLICAÇÃO ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS DOMICILIARES - PACOTE 100 UNIDADES
66	3000	PACOTE	SACO, LIXO, MATERIAL PLÁSTICO, COR PRETO, CAPACIDADE 15L, BIODEGRADÁVEL, REFORÇADO, APLICAÇÃO ACONDICIONAMENTO

			DE RESÍDUOS DOMICILIARES - PACOTE 100 UNIDADES
67	2000	PACOTE	SACO, LIXO, MATERIAL PLÁSTICO, COR PRETO, CAPACIDADE 200 LITROS, BIODEGRADÁVEL, REFORÇADO, 12 MICRAS, APLICAÇÃO ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS DOMICILIARES - PACOTE 100 UNIDADES
68	2000	PACOTE	SACO, LIXO, MATERIAL PLÁSTICO, COR PRETO, CAPACIDADE 240 LITROS, BIODEGRADÁVEL, REFORÇADO, 12 MICRAS, APLICAÇÃO ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS DOMICILIARES - PACOTE 100 UNIDADES
69	5000	PACOTE	SACO, LIXO, MATERIAL PLÁSTICO, COR PRETO, CAPACIDADE 50L, BIODEGRADÁVEL, REFORÇADO, APLICAÇÃO ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS DOMICILIARES - PACOTE 100 UNIDADES
70	2000	PACOTE	SACO, LIXO, MATERIAL PLÁSTICO, COR VERDE, CAPACIDADE 100 LITROS, REFORÇADO, CAPACIDADE CARGA 20KG, APLICAÇÃO COLETA SELETIVA -VIDRO - PACOTE 100 UNIDADES
71	2000	PACOTE	SACO, LIXO, PLÁSTICO, AZUL, 200 LITROS, APLICAÇÃO ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS DOMICILIARES, BIODEGRADÁVEL, REFORÇADO, 16 MICRAS, EM CONFORMIDADE COM ABNT 9191/2002 - PACOTE 100 UNIDADES
72	4000	FRASCO	SAPONÁCEO, ASPECTO FÍSICO PÓ, BIODEGRADÁVEL, APLICAÇÃO LIMPEZA DE PISOS E PAREDES - FRASCO 300 GRAMAS
73	1000	UNIDADE	TAPETE, MATERIAL SUPERFÍCIE VINIL, MATERIAL BASE PVC (CLORETO DE POLIVINILA), BORRACHA ANTIDERRAPANTE, LARGURA: 38 CM, COMPRIMENTO 58 CM, ESPESSURA: 10 MM, COR BÁSICA PRETA, COM SANITIZANTE
74	5000	FRASCO	TIRA, LIMO, APLICAÇÃO LIMPEZA BANHEIRO, COM CLORO ATIVO - FRASCO 500ML
75	4000	FARDO	TOALHA DE PAPEL, BRANCO NEVE, FOLHAS SIMPLES, LINHA PREMIUM, BOBINA 20 CM X 200 METROS, COMPOSIÇÃO 100% CELULOSE, NÃO ORIUNDO DE MATERIAL RECICLADO, ALTA ABSORÇÃO, RESISTENTE, APLICAÇÃO TOALHEIRO SISTEMA BOBINA AUTO CORTE, GRAMATURA MÍNIMA 32GR / M2 - FARDO 6 ROLOS
76	18000	PACOTE	TOALHA, PAPEL, BRANCO NEVE, MACIA, FOLHA DUPLA, INTERFOLHA, DIMENSÕES COMPRIMENTO 20M X LARGURA 21CM, MATERIAL CELULOSE 100% VIRGEM, ALTA ABSORÇÃO, RESISTENTE,

			GRAMATURA MÍNIMA DE 28G/M² - PACOTE 1.000 FOLHAS
77	14000	CAIXA	TOALHA, PAPEL, BRANCO NEVE, MACIA, FOLHA DUPLA, LINHA LUXO, INTERFOLHA, DIMENSÕES COMPRIMENTO 22,5CM X LARGURA 21CM, MATERIAL CELULOSE 100% VIRGEM, ALTA ABSORÇÃO, RESISTENTE, RESISTÊNCIA MECÂNICA E UMIDADE, APLICAÇÃO EM TOALHEIROS DE 2 DOBRAS, GRAMATURA MÍNIMA DE 28G/M² - CAIXA 2.000 FOLHAS
78	3000	UNIDADE	VASSOURA, CERDAS SINTÉTICAS FIRMES, COMPRIMENTO DE VARREDURA DE 40CM, CABO EM MADEIRA DE 1,5M, PLASTIFICADO, SISTEMA DE FIXAÇÃO ATRAVÉS DE ROSCA UNIVERSAL
79	2500	UNIDADE	VASSOURA, GARI, MATERIAL CERDAS NYLON, CEPA PLÁSTICO, 7 FILEIRAS, FIXAÇÃO DO CABO ATRAVÉS DE ROSCA UNIVERSAL, COMPRIMENTO 60CM, CABO EM MADEIRA 1,50M
80	3000	UNIDADE	VASSOURA, LIMPA TETO, CERDAS SINTÉTICAS, SISTEMA ROSQUEÁVEL UNIVERSAL, CABO EXTENSOR PLASTIFICADO EM ALUMÍNIO OU MADEIRA, COMPRIMENTO MÍNIMO 3M, SUPORTE "LT"
81	4000	UNIDADE	VASSOURA, MATERIAL CERDAS PALHA COCO, CABO EM MADEIRA MEDINDO NO MÍNIMO 120CM
82	2600	UNIDADE	VASSOURA, MATERIAL CERDAS PÊLO SINTÉTICO FIRME, COMPRIMENTO CEPA 60CM, CABO REFORÇADO E PLASTIFICADO EM MADEIRA MEDINDO NO MÍNIMO 120CM, SISTEMA DE FIXAÇÃO EM ROSCA UNIVERSAL

Anexo II - ANEXO II AO ETP N° 982024.pdf



ANEXO II ETP N° 98/2024

REQUISIÇÃO N° 1454, 1455 E 1483/2024

PROCESSO N° 23070.011490/2024-27

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	CATMAT	UNIDADE FORNECIMENTO	MEDIA MENSAL DE CONSUMO	ESTIMATIV A ANUAL (1)	ESTOQUE DE SEGURANÇA (2)	QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA COM AJUSTES (3)
1	AÇÚCAR, CRISTAL, ORIGEM VEGETAL (SACAROSE CANA DE AÇÚCAR), BRANCO, PRIMEIRA QUALIDADE, SEM IMPUREZAS – PACOTE 2 KG	463989	PACOTE	233	2800	700	3500
2	ÁGUA, SANITÁRIA, COMPOSIÇÃO QUÍMICA HIPOCLORITO DE SÓDIO, TEOR CLORO ATIVO DE 2 A 2,50%, COR INCOLOR, PH 11 A 13,5, APLICAÇÃO LAVAGEM, DESINFETANTE, ALVEJANTE - FRASCO 1L	299605	LITRO	467	5600	1400	7000
3	ÁGUA, SANITÁRIA, COMPOSIÇÃO QUÍMICA HIPOCLORITO DE SÓDIO, TEOR CLORO ATIVO DE 2 A 2,50%, COR INCOLOR, PH 11 A 13,5, APLICAÇÃO LAVAGEM, DESINFETANTE, ALVEJANTE - GALÃO 5L	292730	GALÃO	533	6400	1600	8000
4	ÁLCOOL, ETÍLICO, COM AGENTE EMOLIENTE (GLICERINA), FORMA FARMACÊUTICA GEL, CONCENTRAÇÃO 70% (62,44° INPM), CLASSIFICAÇÃO MEDICAMENTOS, ANTISSEPTICO, BACTERICIDA, PH NEUTRO MÍNIMO 6,00 E MÁXIMO 8,00, COM VÁLVULA PUMP, APLICAÇÃO HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS - FRASCO 1000ML	269943	FRASCO	400	4800	1200	6000
5	ÁLCOOL, ETÍLICO, HIDRATADO, CONCENTRAÇÃO 92,8 INPM (96° GL), ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, INCOLOR, LÍMPIDO, ISENTO DE PARTÍCULAS, APLICAÇÃO LIMPEZA DE AMBIENTES - FRASCO 1L	300077	LITRO	400	4800	1200	6000
6	ÁLCOOL, ETÍLICO, HIDRATADO, CONCENTRAÇÃO 92,8 INPM (96° GL), ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, INCOLOR, LÍMPIDO, ISENTO DE PARTÍCULAS, APLICAÇÃO LIMPEZA DE AMBIENTES - GALÃO 5L	390766	GALÃO	200	2400	600	3000
7	ÁLCOOL, ETÍLICO, TEOR ALCOÓLICO 70%, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, INCOLOR, LÍMPIDO, ISENTO DE PARTÍCULAS APLICAÇÃO LIMPEZA E DESINFECÇÃO - GALÃO 5L	269941	GALÃO	200	2400	600	3000
8	ÁLCOOL, ETÍLICO, TEOR ALCOÓLICO 70%, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, INCOLOR, LÍMPIDO, ISENTO DE PARTÍCULAS, APLICAÇÃO LIMPEZA E DESINFECÇÃO - FRASCO 1000ML	269941	FRASCO	467	5600	1400	7000
9	BALDE, MATERIAL PLÁSTICO, ALÇA ARAME GALVANIZADO, COM BICO, CORES VARIADAS (A ESCOLHER), CAPACIDADE 8 LITROS	216079	UNIDADE	100	1200	300	1500
10	BALDE, MATERIAL PLÁSTICO, ALÇA ARAME GALVANIZADO, COR VARIADA, CAPACIDADE 20 LITROS	216086	UNIDADE	107	1280	320	1600
11	CAPACHO, FIBRA SINTÉTICA (VINIL ENTRELAÇADA), LAVÁVEL, ANTIDERRAPANTE, ANTICHAMA, ESPESSURA 10MM, MEDINDO 0,80 M x 0,40 M (PERMITIDA VARIAÇÃO DE 10%), BORDAS DE ACABAMENTO COM NOME "UFG" OCUPANDO 50% DO TAMANHO TOTAL DO CAPACHO, LETRAS E BORDAS NA COR AZUL MARINHO, FUNDO CINZA CLARO VULCANIZADO	27634	UNIDADE	33	400	100	500
12	CAPACHO, FIBRA SINTÉTICA (VINIL ENTRELAÇADA), LAVÁVEL, ANTIDERRAPANTE, ANTICHAMA, ESPESSURA 10MM, MEDINDO 2,0 M x 0,80 M (PERMITIDA VARIAÇÃO DE 10%), BORDAS DE ACABAMENTO COM NOME "UFG" OCUPANDO 50% DO TAMANHO TOTAL DO CAPACHO, LETRAS E BORDAS NA COR AZUL MARINHO, FUNDO CINZA CLARO VULCANIZADO	27634	UNIDADE	33	400	100	500
13	CERA, USO INSTITUCIONAL, INCOLOR, AUTOBRILHO (SEM NECESSIDADE DE POLIMENTO), PARA PISOS COM TRÁFEGO INTENSO, ANTIDERRAPANTE, IMPERMEABILIZANTE, BIODEGRADÁVEL, PH 7,00 A 8,80, TEMPO DE SECAGEM MÁXIMO 30 MINUTOS, RESISTENTE A RISCOS E MARCAS CAUSADAS POR BORRACHA, USO GERAL COM AÇÃO RESTAURADORA DE BRILHO DE PISOS MÁRMORES, GRANITOS, MARMORITE, GRANITINA, CIMENTO QUEIMADO, VULCAPISO, PISO VINÍLICO, PAVIFLEX, PISOFLEX, LAJOTAS, CERÂMICAS, ARDÓSIA, SUAVE FRAGRÂNCIA DE AROMAS COMO LAVANDA, CAMPESTRE, FLORAL, NEUTRA OU OUTROS CONFORME SOLICITAÇÃO NO PEDIDO, RENDIMENTO MÍNIMO 40M² - GALÃO 5L	244208	GALÃO	333	4000	1000	5000
14	CESTO, LIXO, MATERIAL PLÁSTICO (POLIPROPILENO), FORMATO REDONDO, COM TAMPA, PEDAL, ALÇAS LATERAIS, ACIONAMENTO DA TAMPA EM AÇO, SUPORTE EM AÇO CARBONO GALVANIZADO, CAPACIDADE 95 A 100 LITROS	306968	UNIDADE	33	400	100	500
15	CESTO, LIXO, MATERIAL PLÁSTICO, SEM TAMPA, TELADO, CAPACIDADE 10 LITROS	239916	UNIDADE	240	2880	720	3600
16	DESENGORDURANTE, BIODEGRADÁVEL, PH 10,00 A 11,50 - GALÃO 5L	289840	GALÃO	133	1600	400	2000
17	DESENGORDURANTE, BIODEGRADÁVEL, PH 10,00 A 11,50, EMBALAGEM SQUEEZE OU SPRAY - FRASCO 500ML	289840	FRASCO	400	4800	1200	6000
18	DESENTUPIDOR, MANUAL, APLICAÇÃO PIA, BOCAL BORRACHA LISO, DIÂMETRO MÍNIMO 11CM, CABO DE POLIETILENO DE 17,5CM	355561	UNIDADE	180	2160	540	2700
19	DESENTUPIDOR, MANUAL, APLICAÇÃO VASO SANITÁRIO, BOCAL DE BORRACHA, CABO MADEIRA 60CM	102598	UNIDADE	100	1200	300	1500

20	DESINFETANTE, BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO, BACTERICIDA E FUNGICIDA, COMPOSIÇÃO CLORETO DE BENZALCÔNIO (CLORETO DE ALQUILDIMETIL BENZIL AMÔNIO), APLICAÇÃO DESINFETAR E PERFUMAR PISOS, AZULEJOS, ESMALTADOS, BANHEIROS E MÁRMORES, FRAGRÂNCIAS VARIADAS (A ESCOLHER) - EMBALAGEM 1L	420084	LITRO	333	4000	1000	5000
21	DESINFETANTE, BASE DE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO, BACTERICIDA E FUNGICIDA, COMPOSIÇÃO CLORETO DE BENZALCÔNIO (CLORETO DE ALQUILDIMETIL BENZIL AMÔNIO), APLICAÇÃO DESINFETAR E PERFUMAR PISOS, AZULEJOS, ESMALTADOS, BANHEIROS E MÁRMORES, FRAGRÂNCIAS VARIADAS (A ESCOLHER) - GALÃO 5L	420084	GALÃO	467	5600	1400	7000
22	DESODORIZADOR, AMBIENTE, AROMATIZADO, APRESENTAÇÃO AEROSSOL, ESSÊNCIAS DIVERSAS (A ESCOLHER), APLICAÇÃO AROMATIZADOR AMBIENTE - FRASCO 400ML	261168	FRASCO	300	3600	900	4500
23	DETERGENTE, BIODEGRADÁVEL, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, USO GERAL, PH 5,50 A 8,00, VISCOSIDADE (A 25°C BKf) DEVE SER NO MÍNIMO 250CP, PRINCÍPIO ATIVO ANIÔNICO TEOR 10 A 15% - GALÃO 5L	372748	GALÃO	500	6000	1500	7500
24	DETERGENTE, BIODEGRADÁVEL, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, USO GERAL, PH 5,50 A 8,00, VISCOSIDADE (A 25°C BKf) DEVE SER NO MÍNIMO 250CP, PRINCÍPIO ATIVO ANIÔNICO TEOR 10 A 15%, EMBALAGEM RESISTENTE, COM BICO DOSADOR (ECONÔMICO), FRAGRÂNCIAS DIVERSAS - FRASCO 500ML	372748	FRASCO	433	5200	1300	6500
25	DISCO, ENCERADEIRA, FIBRA, PRETO, PARA PISO COMUM, Nº 350, 35 CM	30198	UNIDADE	167	2000	500	2500
26	DISCO, ENCERADEIRA, FIBRA, PRETO, PARA PISO COMUM, Nº 410, 41 CM	30198	UNIDADE	200	2400	600	3000
27	DISCO, ENCERADEIRA, FIBRA, PRETO, PARA PISO COMUM, Nº 510, 51 CM	30198	UNIDADE	200	2400	600	3000
28	ESCOVA, MANUAL, MULTIUSO, CERDAS NYLON RESISTENTES, CEPA DE PLÁSTICO COM ALÇA (PEGA CONFORTÁVEL E ANTIDERRAPANTE)	279310	UNIDADE	233	2800	700	3500
29	ESCOVA, SANITÁRIA, COM SUPORTE (COPO), ESCOVA CABEÇA REDONDA COM CERDAS EM NYLON SUPER RESISTENTE E CABO EM POLIPROPILENO, COPO PLÁSTICO FORMATO CILÍNDRICO PARA SUPORTE DA ESCOVA, APLICAÇÃO LIMPEZA VASO SANITÁRIO	333358	UNIDADE	173	2080	520	2600
30	ESPONJA, LIMPEZA, DUPLA FACE (VERDE/AMARELO), MATERIAL POLIURETANO, FIBRA SINTÉTICA COM ABRASIVO, FORMATO RETANGULAR, BACTERICIDA, DIMENSÕES APROXIMADAS 10CM X 7CM X 2CM	232372	UNIDADE	533	6400	1600	8000
31	ESPONJA, LIMPEZA, LÃ DE AÇO, COMPOSIÇÃO AÇO CARBONO, ACONDICIONADO EM SACO PLÁSTICO, PESO 60G - PACOTE 8 UNIDADES	296307	PACOTE	233	2800	700	3500
32	ESTOPA, MATERIAL FIO ALGODÃO, COR BRANCA, MACIA, ALVEJADA, FIBRAS 100% ALGODÃO, ISENTAS DE IMPUREZAS, APLICAÇÃO LIMPEZA EM GERAL - PACOTE 200G	300146	PACOTE	33	400	100	500
33	FLANELA, MATERIAL 100% ALGODÃO, APLICAÇÃO LIMPEZA GERAL, DIMENSÕES 58X38CM, COR A ESCOLHER	321559	UNIDADE	533	6400	1600	8000
34	FÓSFORO, EXTRA LONGO, APROXIMADAMENTE 9,5CM - CAIXA 240 PALITOS	241343	CAIXA	133	1600	400	2000
35	FRASCO, BORRIFADOR/ PULVERIZADOR, MATERIAL POLIPROPILENO, ACIONAMENTO POR GATILHO, 360 GRAUS, BICO COM JATO REGULÁVEL, CAPACIDADE 1 LITRO	307885	UNIDADE	67	800	200	1000
36	FRASCO, BORRIFADOR/PULVERIZADOR, MATERIAL POLIPROPILENO, ACIONAMENTO POR GATILHO, 360 GRAUS, BICO COM JATO REGULÁVEL, CAPACIDADE 500ML	307885	UNIDADE	133	1600	400	2000
37	GARRAFA, TÉRMICA, CAPACIDADE 1 LITRO, COM ALÇA, SISTEMA PUMP, MATERIAL EXTERNO LISO, AMPOLA DE VIDRO, APLICAÇÃO LÍQUIDOS QUENTES	385400	UNIDADE	67	800	200	1000
38	GARRAFA, TÉRMICA, CAPACIDADE 2 LITROS, COM ALÇA, SISTEMA PUMP, MATERIAL EXTERNO LISO, AMPOLA DE VIDRO, APLICAÇÃO LÍQUIDOS QUENTES	440295	UNIDADE	67	800	200	1000
39	HIPOCLORITO, SÓDIO, SOLUÇÃO, CONCENTRAÇÃO CLORO ATIVO 10% A 12%, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO - 1 LITRO	343298	LITRO	133	1600	400	2000
40	INSETICIDA, AEROSOL, MULTI-INSETOS (INCLUSIVE AEDES AEGYPTI), SEM CHEIRO, FRASCO PULVERIZADOR - FRASCO 300ML	436466	UNIDADE	233	2800	700	3500
41	LIMPA, VIDRO, BIODEGRADÁVEL, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, COM ÁLCOOL ETÍLICO, PH 8,00 A 11,00 - FRASCO 500ML (SPRAY OU SQUEEZE)	242252	FRASCO	267	3200	800	4000
42	LIMPADOR, MULTIUSO, BIODEGRADÁVEL, USO GERAL, PH 9,5-11,5, APLICAÇÃO LIMPEZA COZINHAS, BANHEIROS, AZULEJOS, PLÁSTICOS, ESMALTADOS, FOGÕES, PISOS, PAREDES E SUPERFÍCIES LAVÁVEIS EM GERAL, FRAGRÂNCIAS DIVERSAS (A ESCOLHER) - GALÃO 5L	289840	GALÃO	100	1200	300	1500
43	LIMPADOR, MULTIUSO, USO GERAL, PH 9,5-11,5, BIODEGRADÁVEL, APLICAÇÃO LIMPEZA COZINHAS, BANHEIROS, AZULEJOS, PLÁSTICOS, ESMALTADOS, FOGÕES, PISOS, PAREDES E SUPERFÍCIES LAVÁVEIS EM GERAL, FRAGRÂNCIAS DIVERSAS (A ESCOLHER) - FRASCO 500ML	289840	FRASCO	467	5600	1400	7000
44	PÁ, COLETORA LIXO (DE MÃO), CABO CURTO, MATERIAL PLÁSTICO, COM EXTREMIDADE DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE (ADERENTE E FLEXÍVEL), CABO DE APOIO PARA ACOPLAR AO CABO DA VASSOURA, DIMENSÕES MÍNIMAS ALTURA 5CM X LARGURA 21CM X COMPRIMENTO 29CM	327925	UNIDADE	100	1200	300	1500
45	PÁ, COLETORA LIXO, CABO LONGO (60 A 80CM), MATERIAL PLÁSTICO, COM COM EXTREMIDADE DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE (ADERENTE E FLEXÍVEL), DIMENSÕES MÍNIMAS ALTURA 8,5CM X LARGURA 25 A 28CM X PROFUNDIDADE 20 A 27CM	416112	UNIDADE	67	800	200	1000
46	PAPEL HIGIÊNICO, EXTRA BRANCO, MACIO, ABSORVENTE, HOMOGÊNEO, PICOTADO, FOLHA DUPLA, MEDIDAS 10CM X 30M, MATERIAL 100% CELULOSE, GRAMATURA ENTRE 20 A 30G/M2, BIODEGRADÁVEL, MATÉRIA PRIMA NÃO ORIUNDA DE MATERIAL RECICLADO, ACABAMENTO UNIFORME, SEM REBARBAS E ENRUGAMENTO - FARDO 64 ROLOS	224638	FARDO	800	9600	2400	12000

47	PAPEL, HIGIÊNICO, EXTRA BRANCO, MACIO, ABSORVENTE, HOMOGÊNEO, PICOTADO, FOLHA SIMPLES, MEDIDAS 10CM X 300M, MATERIAL 100% CELULOSE, GRAMATURA ENTRE 20 A 30G/M², BIODEGRADÁVEL, MATÉRIA PRIMA NÃO ORIUNDA DE MATERIAL RECICLADO, ACABAMENTO UNIFORME, SEM REBARBAS E ENRUGAMENTO - FARDO 8 ROLOS	233648	FARDO	1200	14400	3600	18000
48	PAPEL, HIGIÊNICO, EXTRA BRANCO, MACIO, ABSORVENTE, HOMOGÊNEO, PICOTADO, FOLHA SIMPLES, MEDIDAS 10CM X 600M, MATERIAL 100% CELULOSE, GRAMATURA ENTRE 20 A 30G/M², BIODEGRADÁVEL, MATÉRIA PRIMA NÃO ORIUNDA DE MATERIAL RECICLADO, ACABAMENTO UNIFORME, SEM REBARBAS E ENRUGAMENTO - FARDO 8 ROLOS	314739	FARDO	800	9600	2400	12000
49	RODO, APLICAÇÃO PIA, MATERIAL POLIPROPILENO, BORRACHA COM PROTEÇÃO ANTIBACTERIANA, CABO ANATÔMICO, TAMANHO 16 A 22CM	30228	UNIDADE	300	3600	900	4500
50	RODO, CABO MATERIAL MADEIRA PLASTIFICADO OU ALUMÍNIO MEDINDO 1,50M, SISTEMA DE ROSCA UNIVERSAL, BORRACHA DUPLA, TAMANHO 60CM	253025	UNIDADE	200	2400	600	3000
51	RODO, MATERIAL PLÁSTICO, CABO MATERIAL ALUMÍNIO ANODIZADO MEDINDO 1,50M, COM SISTEMA PEGA PANO, BORRACHA EVA DUPLA, TAMANHO 60CM	372558	UNIDADE	333	4000	1000	5000
52	SABÃO, BARRA, GLICERINADO, BIODEGRADÁVEL, PH 9,00-11,00 - PACOTE 1KG (5 UNIDADES DE 200G CADA)	298406	PACOTE	320	3840	960	4800
53	SABÃO, LÍQUIDO, SUPER CONCENTRADO, APLICAÇÃO LAVAR ROUPAS, COM TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL, PH 7,00-10,00 - BOMBONA 5L	102407	BOMBONA	333	4000	1000	5000
54	SABÃO, PÓ, BIODEGRADÁVEL, APLICAÇÃO LIMPEZA GERAL, PH 9,00 A 11,5 – CAIXA 1KG	226792	CAIXA	333	4000	1000	5000
55	SABONETE, LÍQUIDO, ASPECTO FÍSICO CREMOSO/ VISCOSO/ PEROLADO, PH NEUTRO (MÍNIMO 6,00 E MÁXIMO 8,00), APLICAÇÃO HIGIENE DAS MÃOS, COM AGENTES EMOLIENTES E/OU UMECTANTES, BIODEGRADÁVEL, AROMA ERVA DOCE - GALÃO 5L	428071	GALÃO	400	4800	1200	6000
56	SABONETE, LÍQUIDO, ASPECTO FÍSICO CREMOSO/ VISCOSO/ PEROLADO, PH NEUTRO (MÍNIMO 6,00 E MÁXIMO 8,00), APLICAÇÃO HIGIENE DAS MÃOS, VÁLVULA SISTEMA PUMP-UP, COM AGENTES EMOLIENTES E/OU UMECTANTES, FRAGRÂNCIAS SUAVES - FRASCO 1L	428071	FRASCO	333	4000	1000	5000
57	SACO, LIMPEZA GERAL, FECHADO, MATERIAL 100% ALGODÃO, ALVEJADO, BRANCO, PRÉ-AMACIADO, COSTURA REFORÇADA NA LATERAL E FUNDO, BARRA REFORÇADA NO FUNDO E BOCA (EVITAR O DESFIO), DIMENSÕES LARGURA 45-58CM X COMPRIMENTO 68-74CM	240494	UNIDADE	667	8000	2000	10000
58	SACO, LIXO, MATERIAL PLÁSTICO, COR AZUL, CAPACIDADE 100 LITROS, MATERIAL POLIETILENO ALTA DENSIDADE (PEAD), BIODEGRADÁVEL, REFORÇADO, FUNDO TIPO ESTRELA, APLICAÇÃO ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS DOMICILIARES - PACOTE 100 UNIDADES	230572	PACOTE	67	800	200	1000
59	SACO, LIXO, MATERIAL PLÁSTICO, COR BRANCO, CAPACIDADE 100 LITROS, MATERIAL POLIETILENO ALTA DENSIDADE (PEAD), BIODEGRADÁVEL, FUNDO TIPO ESTRELA, COM SIMBOLOGIA DE ACORDO COM A SUA CARACTERIZAÇÃO, APLICAÇÃO ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS INFECTANTES/HOSPITALARES - PACOTE 100 UNIDADES	353776	PACOTE	133	1600	400	2000
60	SACO, LIXO, MATERIAL PLÁSTICO, COR BRANCO, CAPACIDADE 200 LITROS, MATERIAL POLIETILENO ALTA DENSIDADE (PEAD), BIODEGRADÁVEL, FUNDO TIPO ESTRELA, COM SIMBOLOGIA DE ACORDO COM A SUA CARACTERIZAÇÃO, APLICAÇÃO ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS INFECTANTES/HOSPITALARES - PACOTE 100 UNIDADES	375948	PACOTE	67	800	200	1000
61	SACO, LIXO, MATERIAL PLÁSTICO, COR BRANCO, CAPACIDADE 30 LITROS, MATERIAL POLIETILENO ALTA DENSIDADE (PEAD), BIODEGRADÁVEL, FUNDO TIPO ESTRELA, COM SIMBOLOGIA DE ACORDO COM A SUA CARACTERIZAÇÃO, APLICAÇÃO ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS INFECTANTES/HOSPITALARES - PACOTE 100 UNIDADES	353775	PACOTE	133	1600	400	2000
62	SACO, LIXO, MATERIAL PLÁSTICO, COR BRANCO, CAPACIDADE 50 LITROS, MATERIAL POLIETILENO ALTA DENSIDADE (PEAD), BIODEGRADÁVEL, FUNDO TIPO ESTRELA, COM SIMBOLOGIA DE ACORDO COM A SUA CARACTERIZAÇÃO, APLICAÇÃO ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS INFECTANTES/HOSPITALARES - PACOTE 100 UNIDADES	353773	PACOTE	133	1600	400	2000
63	SACO, LIXO, MATERIAL PLÁSTICO, COR CINZA, CAPACIDADE 240 LITROS, BIODEGRADÁVEL, REFORÇADO, 12 MICRAS, APLICAÇÃO ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS DOMICILIARES - PACOTE 100 UNIDADES	332974	PACOTE	100	1200	300	1500
64	SACO, LIXO, MATERIAL PLÁSTICO, COR MARROM, CAPACIDADE 100 LITROS, BIODEGRADÁVEL, REFORÇADO, APLICAÇÃO COLETA SELETIVA - ORGÂNICO - PACOTE 100 UNIDADES	372845	PACOTE	87	1040	260	1300
65	SACO, LIXO, MATERIAL PLÁSTICO, COR PRETO, CAPACIDADE 100 LITROS, MATERIAL POLIETILENO ALTA DENSIDADE (PEAD), BIODEGRADÁVEL, REFORÇADO, FUNDO TIPO ESTRELA, APLICAÇÃO ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS DOMICILIARES - PACOTE 100 UNIDADES	329395	PACOTE	333	4000	1000	5000
66	SACO, LIXO, MATERIAL PLÁSTICO, COR PRETO, CAPACIDADE 15L, BIODEGRADÁVEL, REFORÇADO, APLICAÇÃO ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS DOMICILIARES - PACOTE 100 UNIDADES	403320	PACOTE	200	2400	600	3000
67	SACO, LIXO, MATERIAL PLÁSTICO, COR PRETO, CAPACIDADE 200 LITROS, BIODEGRADÁVEL, REFORÇADO, 12 MICRAS, APLICAÇÃO ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS DOMICILIARES - PACOTE 100 UNIDADES	307322	PACOTE	133	1600	400	2000
68	SACO, LIXO, MATERIAL PLÁSTICO, COR PRETO, CAPACIDADE 240 LITROS, BIODEGRADÁVEL, REFORÇADO, 12 MICRAS, APLICAÇÃO ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS DOMICILIARES - PACOTE 100 UNIDADES	313364	PACOTE	133	1600	400	2000
69	SACO, LIXO, MATERIAL PLÁSTICO, COR PRETO, CAPACIDADE 50L, BIODEGRADÁVEL, REFORÇADO, APLICAÇÃO ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS DOMICILIARES - PACOTE 100 UNIDADES	372616	PACOTE	333	4000	1000	5000
70	SACO, LIXO, MATERIAL PLÁSTICO, COR VERDE, CAPACIDADE 100 LITROS, REFORÇADO, CAPACIDADE CARGA 20KG, APLICAÇÃO COLETA SELETIVA - VIDRO - PACOTE 100 UNIDADES	372844	PACOTE	133	1600	400	2000
71	SACO, LIXO, PLÁSTICO, AZUL, 200 LITROS, APLICAÇÃO ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS DOMICILIARES, BIODEGRADÁVEL, REFORÇADO, 16 MICRAS, EM CONFORMIDADE COM ABNT 9191/2002 - PACOTE 100 UNIDADES	427163	PACOTE	133	1600	400	2000
72	SAPONÁCEO, ASPECTO FÍSICO PÓ, BIODEGRADÁVEL, APLICAÇÃO LIMPEZA DE PISOS E PAREDES - FRASCO 300 GRAMAS	241703	FRASCO	267	3200	800	4000

73	TAPETE, MATERIAL SUPERFÍCIE VINIL, MATERIAL BASE PVC (CLORETO DE POLIVINILA), BORRACHA ANTIDERRAPANTE, LARGURA: 38 CM, COMPRIMENTO 58 CM, ESPESSURA: 10 MM, COR BÁSICA PRETA, COM SANITIZANTE	473293	UNIDADE	67	800	200	1000
74	TIRA, LIMO, APLICAÇÃO LIMPEZA BANHEIRO, COM CLORO ATIVO - FRASCO 500ML	314815	FRASCO	333	4000	1000	5000
75	TOALHA DE PAPEL, BRANCO NEVE, FOLHAS SIMPLES, LINHA PREMIUM, BOBINA 20 CM X 200 METROS, COMPOSIÇÃO 100% CELULOSE, NÃO ORIUNDO DE MATERIAL RECICLADO, ALTA ABSORÇÃO, RESISTENTE, APLICAÇÃO TOALHEIRO SISTEMA BOBINA AUTO CORTE, GRAMATURA MÍNIMA 32GR / M2 - FARDOS 6 ROLOS		FARDO	267	3200	800	4000
76	TOALHA, PAPEL, BRANCO NEVE, MACIA, FOLHA DUPLA, INTERFOLHA, DIMENSÕES COMPRIMENTO 20M X LARGURA 21CM, MATERIAL CELULOSE 100% VIRGEM, ALTA ABSORÇÃO, RESISTENTE, GRAMATURA MÍNIMA DE 28G/M² - PACOTE 1.000 FOLHAS	346297	PACOTE	1200	14400	3600	18000
77	TOALHA, PAPEL, BRANCO NEVE, MACIA, FOLHA DUPLA, LINHA LUXO, INTERFOLHA, DIMENSÕES COMPRIMENTO 22,5CM X LARGURA 21CM, MATERIAL CELULOSE 100% VIRGEM, ALTA ABSORÇÃO, RESISTENTE, RESISTÊNCIA MECÂNICA E UMIDADE, APLICAÇÃO EM TOALHEIROS DE 2 DOBRAS, GRAMATURA MÍNIMA DE 28G/M² - CAIXA 2.000 FOLHAS	301404	CAIXA	933	11200	2800	14000
78	VASSOURA, CERDAS SINTÉTICAS FIRMES, COMPRIMENTO DE VARREDURA DE 40CM, CABO EM MADEIRA DE 1,5M, PLASTIFICADO, SISTEMA DE FIXAÇÃO ATRAVÉS DE ROSCA UNIVERSAL	151014	UNIDADE	200	2400	600	3000
79	VASSOURA, GARI, MATERIAL CERDAS NYLON, CEPA PLÁSTICO, 7 FILEIRAS, FIXAÇÃO DO CABO ATRAVÉS DE ROSCA UNIVERSAL, COMPRIMENTO 60CM, CABO EM MADEIRA 1,50M	312607	UNIDADE	167	2000	500	2500
80	VASSOURA, LIMPA TETO, CERDAS SINTÉTICAS, SISTEMA ROSQUEÁVEL UNIVERSAL, CABO EXTENSOR PLASTIFICADO EM ALUMÍNIO OU MADEIRA, COMPRIMENTO MÍNIMO 3M, SUPORTE "LT"	245629	UNIDADE	200	2400	600	3000
81	VASSOURA, MATERIAL CERDAS PALHA COCO, CABO EM MADEIRA MEDINDO NO MÍNIMO 120CM	234665	UNIDADE	267	3200	800	4000
82	VASSOURA, MATERIAL CERDAS PÊLO SINTÉTICO FIRME, COMPRIMENTO CEPA 60CM, CABO REFORÇADO E PLASTIFICADO EM MADEIRA MEDINDO NO MÍNIMO 120CM, SISTEMA DE FIXAÇÃO EM ROSCA UNIVERSAL	285633	UNIDADE	173	2080	520	2600

1. Levantamento dos quantitativos: foi levantando consumo anual, baseado em séries históricas de anos anteriores que efetivamente ocorreram o consumo. Desse modo, chegou-se a um levantamento das necessidades anuais de material de limpeza que reflete a realidade da demanda das Unidades/Órgãos da UFG

2. Estoque de Segurança: foi incluído um acréscimo de 25% na estimativa anual, tendo em vista a manutenção do estoque de segurança, o qual deve garantir níveis suficientes de saldo, a fim de evitar ruptura diante da variabilidade da demanda e da incerteza do ressurgimento do produto quando necessário, notadamente por problemas relacionados às condições de habilitação da empresa, demora na entrega dos materiais, surgimento de eventos inopinados na instituição que demandam quantitativos superiores aos estimados e construção e entregas de novas instalações de laboratórios e Unidades Acadêmicas e Administrativas. Ademais, o percentual para compor o estoque de segurança corrige cortes ocorridos durante atendimento de requisições devido aos baixos níveis de estoque por questões orçamentárias.

3. Quantidade total estimada com ajustes: o Sistema de Registro de Preços, vinculado a uma licitação, é destinado para contratações no decurso da vigência do contrato. Na Universidade Federal de Goiás é inviável estabelecer o quantitativo exato para o atendimento das necessidades da Unidades/Órgãos da UFG, tendo em vista a variabilidade, complexidade e dinâmica da Instituição. Nesse sentido, procedeu-se o ajustes como forma de arredondamentos das quantidades, tanto para acréscimos quanto para os decréscimos, os quais não prejudicam as operações da Gestão do Almoxarifado na Administração Pública Federal.

ANEXO II - MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE
GOIÁS
DIRETORIA DE COMPRAS

(Processo Administrativo nº 23070.011490/2024-27)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM
ENTRE SI (A) UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS E

.....

A Universidade Federal de Goiás, instituição federal, de ensino superior e pesquisa, constituída como autarquia educacional de regime especial e vinculada ao Ministério da Educação, criada pela Lei nº 3.834 – C de 14/12/60, com sede no Campus II – Samambaia, na cidade de Goiânia-Go, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.567.601/0001-43, neste ato representado(a) pelo(a) sua Reitora Profª Drª Angelita Pereira de Lima, portador da matrícula funcional nº 1359711, nomeado(a) pelo Decreto de 10 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 11 de janeiro de 2022, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 23070.032873/2024-39 e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. 90023/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de Aquisição de materiais de limpeza e outros, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						

2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. *O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, na forma do [artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#).*

2.1.1. *O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.*

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO ([art. 92, V](#))

5.1. *O valor total da contratação é de R\$..... (.....)*

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.*

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 23/07/2024.
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta dias).
- 8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));
- 9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

- 9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.13.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));
- 9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))

- 10.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv. **Multa:**

1. Moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (dias) dias;
2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “a” a “h” do subitem 12.1, de até 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

- 11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).
- 11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- 11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).
- 11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

- 12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 12.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*
- 12.2.1. *Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:*
- a) *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*
- b) *poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*
- 12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).
- 12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

13.1.1. Gestão/Unidade:

13.1.2. Fonte de Recursos:

13.1.3. Programa de Trabalho:

13.1.4. Elemento de Despesa:

13.1.5. Plano Interno:

13.1.6. Nota de Empenho:

13.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

- 15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

- 16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO ([art. 92, §1º](#))

- 17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Goiânia, Seção Judiciária de Goiás, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO III - MODELO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
DIRETORIA DE COMPRAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º

A Universidade Federal de Goiás, instituição federal, de ensino superior e pesquisa, constituída como autarquia educacional de regime especial e vinculada ao Ministério da Educação, criada pela Lei nº 3.834 – C de 14/12/60, com sede no Campus II – Samambaia, na cidade de Goiânia-Go, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.567.601/0001-43, neste ato representado(a) pelo(a) sua Reitora Profª Drª Angelita Pereira de Lima, portador da matrícula funcional nº 1359711, nomeado(a) pelo Decreto de 10 de janeiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 11 de janeiro de 2022, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90023/2024, publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º 23070.011490/2024-27, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de materiais de limpeza e outros, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo *do edital de Licitação nº/20....*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantida de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

- 2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O órgão gerenciador será o UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS.
- 3.2. *Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.*

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

- 4.1. *Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:*
- 4.1.1. *apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;*
 - 4.1.2. *demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e*
 - 4.1.3. *consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.*
- 4.2. *A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.*
- 4.2.1. *O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.*
- 4.3. *Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.*
- 4.4. *O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.*

Dos limites para as adesões

- 4.5. *As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.*
- 4.6. *O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.*
- 4.7. *A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.*

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e
- 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:
- 5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

- 6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
 - 6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
 - 7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
 - 7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
 - 7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
 - 7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
 - 7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
 - 7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

- 7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.
- 7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
- 8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:
- 8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
 - 8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
- 8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.
- 8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 9.4.1. Por razão de interesse público;
- 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

- 10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

- 11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e *encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver)*.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	<i>Marca</i> (se exigida no edital)	<i>Modelo</i> (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	<i>Prazo</i> <i>garantia</i> <i>ou</i> <i>validade</i>



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
DIRETORIA DE COMPRAS
ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS.

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, localizada a _____, Fone/Fax: _____, e-mail: _____, vem perante a Coordenação de Licitações da Diretoria de Compras da Universidade Federal de Goiás apresentar sua proposta de preços para venda/fornecimento dos materiais/produtos objeto do Pregão Eletrônico nº 90023/2024.

Os materiais serão entregues no endereço: Diretoria de Logística - Telefones (62) 3521-1020/1471 - Email: almoxarifado.dlog@ufg.br da Diretoria Logística da UFG - DLOG /UFG, localizados na Av. Esperança (Alameda Flamboyant) Campus II – Samambaia (saída para Nova Veneza-Go, próximo à Casa do Estudante Universitário), Goiânia – Goiás, CEP 74690-900 .

A descrição, o valor unitário, marca, fabricante, unidade de medida, a quantidade para o item único da licitação supracitada, bem como o valor total da proposta seguem na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	FABRICANTE	QUANTIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01							
VALOR TOTAL GLOBAL DA PROPOSTA: (R\$ escrever valor (valor numérico em moeda e por extenso)).							

DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:

Banco **Agência** **Conta -Corrente**

VALIDADE DA PROPOSTA: Esta proposta de preços tem validade de 90 (noventa) dias a contar da data de sua apresentação.

PRAZO DE ENTREGA: O Prazo de entrega é de no máximo, 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da nota de empenho via e-mail.

GARANTIA DOS BENS: será exigido a garantia legal, prevista no Artigo 24 caput, e 26, inciso II do Código de Defesa do Consumidor - Lei 8.080 de 11 de setembro de 1.990.

Para os fins legais de apresentação da presente proposta de preços firmo as seguintes declarações:

- 1 - que estou ciente de todas as condições de fornecimento e locais de entrega;
- 2 - que nos valores propostos para o item desta proposta estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens/produtos;
- 3 - sob as sanções cabíveis, em observância à legislação de sustentabilidade que:
 - Os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
 - Os produtos serão entregues, preferencialmente, acondicionados em embalagens individuais adequadas e confeccionadas a partir de produtos recicláveis, comportando o menor volume possível, e que as mesmas garantem a máxima proteção dos produtos durante o transporte e o armazenamento.
 - Os produtos não contêm substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva rohs (restriction of certain hazardous substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
 -listar outras ações sustentáveis praticadas pela Proponente, se houver.....

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL OU PROCURADOR QUE ATUARÁ NA COMUNICAÇÃO ENTRE A CONTRATADA E A CONTRATANTE E ASSINARÁ A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NO SEI/UGF - SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES E QUE RECEBERÁ A NOTA DE EMPENHO, PARA A VENDA DOS PRODUTOS/BENS PARA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS:

Nome completo: _____

E-mail do fornecedor: _____

Telefone (s) do fornecedor: _____

Endereço da Empresa: _____

Data de início das atividades da empresa no endereço atual: _____

CPF: _____

Carteira de Identidade: _____

Estado Civil: _____

Nacionalidade: _____

Cargo que ocupa na empresa: _____

OBSERVAÇÃO 1: o prazo de validade da proposta pode ser maior que 90 (noventa) dias, bastando para isso o fornecedor entender que tem condições financeiras de assim o fazer.

OBSERVAÇÕES GERAIS: Outras informações pertinentes aos itens também poderão ser incluídos pelos fornecedores na proposta de preços. Após preencher o modelo de proposta e apor o timbre da empresa o fornecedor deve apagar todas as observações e orientações de preenchimento deste modelo.

LOCAL/DATA

**ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(PREFERENCIALMENTE ASSINATURA DIGITAL)**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
DIRETORIA DE COMPRAS

ANEXO IV - ORIENTAÇÕES SOBRE O CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO – SISTEMA SEI/UFG

O Centro de Informação, Documentação e Arquivo (Cidarq), no uso das atribuições disciplina os procedimentos para habilitação de cadastro de usuários externos no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no âmbito da Universidade Federal de Goiás (UFG):

1. Entende-se por "usuários externos" as pessoas físicas, representantes de pessoa jurídica ou não, que necessitem peticionar, visualizar ou assinar documentos no SEI no âmbito da UFG e que não possuam acesso direto ao sistema.

1.1. Os usuários externos, mediante credenciamento, poderão:

I. Acompanhar o trâmite de processos e documentos de seu interesse, por prazo determinado, mediante autorização da unidade responsável pela informação;

II. Assinar e peticionar eletronicamente documentos de seu interesse.

1.2. O credenciamento de usuário externo é ato pessoal e intransferível e dar-se-á a partir do preenchimento do formulário de cadastro disponível no [Portal UFG Virtual](#).

1.2.1. O cadastro, em regra, será realizado apenas uma vez para cada pessoa física.

1.2.2. Em caso de perda de acesso ou inconsistência de dados um novo cadastro poderá ser solicitado, conforme procedimentos previstos no item 2 desta Orientação:

2. Para validação do cadastro de usuário externo no SEI-UFG o usuário deverá encaminhar ao e-mail sei@ufg.br cópia digital do Termo de Concordância e Veracidade, cópia digital de documento oficial de identificação com foto que contenha o número de CPF e, se representante de empresa, cópia da última atualização do Contrato Social da empresa que representa.

I. [O Termo de Declaração de Concordância e Veracidade](#) deve ser preenchido, datado, assinado e preservado pelo interessado.

a) o Termo de Concordância e Veracidade deve ser, preferencialmente, assinado com certificado digital padrão ICP-Brasil e passível de validação no verificador de conformidade do padrão de assinatura digital ICP-Brasil;

b) na impossibilidade de atendimento do item a, o usuário deverá assinar o Termo de Concordância e Veracidade, digitalizá-lo e utilizar conta de e-mail institucional de sua empresa ou instituição à qual esteja vinculado para o envio à UFG.

c) na impossibilidade de atendimento dos itens a ou b, o usuário deverá enviar além do Termo de Declaração de Concordância e Veracidade, devidamente assinado, a imagem pessoal digital (fotografia) com documento de identificação oficial com foto em mãos de forma a complementar a certificação de identidade do usuário.

II. O documento de identificação oficial com foto deve conter o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou, se estrangeiro, Passaporte ou Registro Nacional de Estrangeiros (RNE);

III. A cópia do Contrato Social ou Alteração Contratual deve ser atualizada e deve acompanhar os demais documentos quando se tratar de representante de empresa.

a) Os documentos listados nos incisos I, II e III devem ser enviados, preferencialmente, como cópias digitais coloridas.

3. O recebimento da documentação ficará registrado em processo no SEI:

3.1. O processo será iniciado com o assunto: "Informática: Cadastro de usuários externos no SEI";

3.2. Os documentos listados no item 02 serão inseridos no processo como documentos externos juntamente com a cópia do e-mail enviado pelo interessado;

3.3. O interessado será comunicado por e-mail e o processo deverá ser concluído na unidade;

3.4. Cabe ao Cidarq a instrução do processo e a validação do cadastro de usuário externo.

4. A UFG poderá solicitar, a qualquer momento, documentação complementar para efetivação da validação do cadastro, assim como requisitar a apresentação de originais ou cópias autenticadas em cartório, definindo um prazo para o atendimento da solicitação, quando os documentos não forem suficientes para comprovação de identificação do usuário.

4.1. O credenciamento de usuário externo será indeferido ou desativado no descumprimento das exigências de apresentação de documentação solicitada pela UFG;

4.2. O cadastro de usuário externo será efetivado apenas após a apresentação dos documentos requeridos, sendo eventuais prejuízos decorrentes de atrasos na entrega da documentação de inteira responsabilidade do usuário.

4.3. Digitalizações que estejam ilegíveis serão desconsideradas e o usuário será contatado para providenciar novo envio da documentação.

5. Ao obter credenciamento o usuário externo aceita incondicionalmente os termos e condições que regem o processo eletrônico e o sistema SEI e assume responsabilidade civil, penal e administrativa pelo uso do login e senha, que lhe são exclusivos, bem como pelo uso indevido do sistema.

6. Havendo suspeita de fraude no cadastro de usuário externo, assim como no uso do sistema por parte do mesmo e/ou de terceiros, o servidor que tiver conhecimento deverá comunicar às autoridades competentes para que seja instaurado procedimento investigativo para apuração dos fatos.

6.1. A instauração de procedimentos investigativos por parte de outros Órgãos não isenta a UFG da responsabilidade de apurar os fatos internamente, na instância administrativa, e de adotar ações para que os mesmos não voltem a se repetir.

7. Situações não previstas ou dúvidas referentes aos procedimentos para o cadastro externo de usuário do SEI serão dirimidas pelo Cidarq através dos telefones (62) 3521-1089/1041/1056 ou através do e-mail sei@ufg.br.